



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MAYARA JANAINA SILVEIRA FEITOZA

ENTRE A PRESCRIÇÃO E O SOFRIMENTO: O TRABALHO DE  
TÉCNICOS DE CENTROS SOCIOEDUCATIVOS EM MANAUS.

MANAUS-AM

2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MAYARA JANAINA SILVEIRA FEITOZA

ENTRE A PRESCRIÇÃO E O SOFRIMENTO: O TRABALHO DE  
TÉCNICOS DE CENTROS SOCIOEDUCATIVOS EM MANAUS.

Dissertação apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Psicologia no  
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da  
Universidade Federal do Amazonas.

Orientador (a): Profa. Dra. Rosângela Dutra de Moraes.

MANAUS-AM

2016

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

F311e Feitoza, Mayara Janaina Silveira  
Entre a prescrição e o sofrimento: o trabalho de técnicos de centros socioeducativos em Manaus. / Mayara Janaina Silveira Feitoza. 2016  
100 f.: 31 cm.

Orientadora: Rosângela Dutra de Moraes  
Dissertação (Mestrado em Psicologia: Processos Psicológicos e Saúde) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalho no sistema socioeducativo. 2. Técnicos do sistema socioeducativo. 3. Psicodinâmica do trabalho. 4. Sentido do trabalho. I. Moraes, Rosângela Dutra de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**MAYARA JANAINA SILVEIRA FEITOZA**

**“ENTRE A PRESCRIÇÃO E O SOFRIMENTO: O TRABALHO DE TÉCNICOS DE CENTROS SOCIOEDUCATIVOS EM MANAUS.”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha de Processos Psicológicos e Saúde.

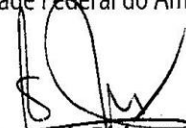
Aprovada em 29 de novembro de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**



**Prof.ª Dr.ª Rosângela Dutra de Moraes**

Universidade Federal do Amazonas



**Prof.ª Dr.ª Socorro de Fátima Moraes Nina**

Universidade Estadual do Amazonas



**Prof. Dr. Cláudia Regina Brandão Sampaio**

Universidade Federal do Amazonas

*À Maria Bruno da Silveira (in memoriam) e*

*à Edinete Silveira Feitoza.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

À minha família.

Aos amigos que compartilharam deste mesmo ideal e aos que seguiram nos mais diferentes campos de atuação.

Aos colegas de laboratório pela troca de conhecimentos.

A todos que fizeram esse percurso se tornar menos árduo e mais alegre.

À professora Dra. Cláudia R. B. S. F. da Costa por proporcionar momentos ímpares no projeto *En-canta a vida*.

À minha orientadora, com carinho, professora Rosângela Dutra de Moraes, pelo exemplo de ética e de conduta profissional admirável. Por sua disponibilidade em compartilhar ideias e por acreditar na realização desta pesquisa desde a concepção do projeto.

Aos professores da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas. Em particular àqueles que compõem o Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

À professora Dra. Soraya Martins, da Universidade Federal Fluminense, membro titular da banca do Exame de Qualificação.

À Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Maria das Graças Soares Prola por autorizar a realização da pesquisa nos centros socioeducativos.

À Gerência de Atendimento Socioeducativo, na pessoa do Sr. Antônio Juracy Maciel de Lima.

A todos os diretores dos centros socioeducativos abrangidos pela pesquisa.

Aos participantes da pesquisa que de maneira voluntária me ajudaram a construí-la.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES pela concessão da bolsa de estudos durante a realização do Mestrado.

“When the night has come

And the land is dark

And the moon is the only light we'll see

No, I won't be afraid, no, I won't be afraid

Just as long as you stand, stand by me [...]"

*(Ben E. King)*

## RESUMO

O trabalho comporta a dimensão do prazer e do sofrimento e pode ser pensado como um mediador para uma identidade frente ao mundo. Exerce deste modo um papel significativo na constituição do trabalhador enquanto sujeito. A presente pesquisa utilizou como aporte teórico a Psicodinâmica do Trabalho que se dedica a estudar a dimensão subjetiva do trabalho, bem como contou com as contribuições da Psicologia Social Clínica para auxiliar na compreensão do Sentido do Trabalho. O objetivo desta pesquisa é compreender a organização do trabalho dos técnicos de nível superior de centros socioeducativos na cidade de Manaus, seu desdobramento sobre as vivências de sofrimento e prazer bem como o sentido deste trabalho para os mesmos, caracterizar a organização do trabalho prescrita e real, identificar os agravantes de sofrimento no trabalho e as estratégias defensivas, compreender os mobilizadores de prazer e as estratégias de enfrentamento do sofrimento no trabalho, assim como o sentido do trabalho dos profissionais e sua relação com a mobilização subjetiva. A pesquisa envolveu sete participantes, entre elas assistentes sociais, psicólogas e pedagoga que atuam no sistema socioeducativo, especificamente em unidades de internação ou semiliberdade para adolescentes dos sexos masculino e feminino. Foi utilizada como instrumento para coleta de dados a entrevista individual semiestruturada. Todas as entrevistas foram realizadas no local e no horário de trabalho de cada participante. A técnica de análise utilizada foi a proposta por Moraes (2010) ao articular a teoria dejouriana à sistemática de Análise da Teoria Fundamentada/Grounded Theory. A pesquisa identificou a organização do trabalho prescrita como a categoria de maior expressão na fala das participantes e evidenciou a dificuldade da maioria em atribuir sentido ao seu fazer. Foi possível interpretar o silêncio, as falas pré-formuladas ou acríicas como uma expressão de sofrimento no trabalho, constatou-se pouca abertura para o estabelecimento de um diálogo sobre as vicissitudes do trabalho, o real do trabalho e seus impactos sobre a execução da tarefa e ainda sobre os mobilizadores de prazer no trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho no sistema socioeducativo. Psicodinâmica do Trabalho. Sentido do trabalho.



## ABSTRACT

The work involves the dimension of pleasure and suffering, and it can be thought of as a mediator to produce a identity to the world, it develops a significant role in the establishment of the worker as a subject. This research used as theoretical support the Psychodynamics of the Work that is dedicated to the studying of the subjective dimension of work and including the contributions of Clinical Social Psychology to assist in the comprehension of the Work of Sense. The objective of this research was to understand the organization of the work of higher-level technicians of youth centers in Manaus, its impact on the suffering of experiences and enjoyment and the sense of this work for them, its purpose was to characterize the organization of work prescribed and real, identify the suffering of aggravating the work and defensive strategies, comprehend the mobilizers of pleasure and the facing up strategies of stress at work, the meaning of the work of higher-level technicians and their relationship with the subjective mobilization as well as. Seven techniques were participants, including social workers, psychologists and pedagogues who work in the socio-educational system, specifically in inpatient units or semi freedom for adolescent males and females. It was used as a tool for data collection of semi-structured individual interviews. All interviews were carried out on site and each participant working hours. The analysis technique used was proposed by Moraes (2010) to articulate the theory dejourian the systematic analysis of Grounded Theory. The research identified the organization of the prescribed work of the technical and highlighted the difficulty of most of the interviewed to assign meaning to their doing, it was possible to interpret the silence, pre-formulated speech or uncritical as an expression of suffering at work, it was found little opening for the establishment of a dialogue on the alternations of the work, the real work and their impact on the implementation of the task and just a little has been said about the mobilizers pleasure at work.

**Keywords:** Work in Socio-educational System. Work Psychodynamics. Work sense.

## LISTA DE SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor
IEBEM	Instituto Estadual do Bem- Estar do Menor
IEPAM	Instituto Estadual de Proteção a Criança e ao Adolescente
LAPSIC	Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho
OT	Organização do Trabalho
PIA	Plano Individual de Atendimento
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SEAS	Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania
SEJUSC	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SINASE	Serviço de Atendimento Socioeducativo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>17</b>
<b>1.REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>17</b>
<b>1.1 O processo histórico das políticas para crianças e adolescentes e a construção das práticas profissionais em Psicologia, Serviço social e Pedagogia no Brasil.</b>	<b>17</b>
1.1.1 A proteção integral para crianças e adolescentes	24
1.1.2 O Sistema de Garantia de Direitos	25
1.1.3 A prática dos profissionais de Psicologia, Pedagogia e Serviço social em medidas socioeducativas.	27
<b>1.1.4 O atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Estado do Amazonas</b>	<b>28</b>
1.1.4.1 Técnicos de nível superior dos centros socioeducativos	31
<b>1.2 A Psicodinâmica do Trabalho</b>	<b>32</b>
1.2.1 Um breve histórico	32
1.2.2 Construções históricas	34
1.2.3 O método dejouriano	36
1.2.4 Trabalho e Trabalhar	37
1.2.5 O trabalho: entre o sofrimento e o prazer.	39
<b>1.3 O sentido do trabalho</b>	<b>45</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>48</b>
<b>2. PERCURSO METODOLÓGICO</b>	<b>48</b>
2.1 A pesquisa	48
2.2 Local da pesquisa	49
2.3 Participantes	49
2.4 Critérios de inclusão/exclusão	50
2.5 Instrumento	51
2.6 Análise dos Dados: Dejours e a Teoria Fundamentada em Dados.	51
2.7 A realização das entrevistas:	51
2.8 As Dificuldades: Diferenças Institucionais e o “Silêncio” dos Participantes.	52
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>56</b>
<b>3.RESULTADOS E DISCUSSÃO</b>	<b>56</b>
3.1 A Organização do Trabalho	56
3.2 Estratégias defensivas	61
3.3 Estratégias de enfrentamento	63
3.4 Cooperação e Reconhecimento	65
3.5 Mobilização subjetiva	68
3.6 Transformação do sofrimento em prazer	69
3.8 Singularidades percebidas nas unidades socioeducativas em relação ao sentido do trabalho	78
3.9 A formação e o papel da equipe técnica no sistema socioeducativo	81
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>86</b>
<b>APÊNDICE 1- TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>95</b>
<b>APÊNDICE 2- ROTEIRO DE ENTREVISTA</b>	<b>96</b>
<b>ANEXO 1- TERMO DE ANUÊNCIA</b>	<b>98</b>
<b>ANEXO 2- APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA</b>	<b>99</b>

## INTRODUÇÃO

Segundo a Psicodinâmica do Trabalho, disciplina teórico-metodológica criada por Christophe Dejours, o trabalho é central na vida humana. O autor, de formação psicanalítica, valoriza a construção da subjetividade no ato de trabalhar. Assinala o trabalho como um mediador que pode produzir a identidade do trabalhador ou mesmo pode ajudar a construir uma identidade coletiva. O trabalho possui deste modo, uma função na constituição do trabalhador enquanto sujeito (DEJOURS, 2011a).

É possível, de acordo com Dejours (2011a), pensar o trabalho na perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho por meio de confrontos individuais e sociais, singulares ao sujeito, que perpassam o objetivo, no sentido de que atravessam a lógica da tarefa e a racionalidade do sujeito na ação, estando também relacionado às vivências de prazer e de sofrimento, tendo em vista o confronto inevitável entre a subjetividade e a organização de trabalho. E, ainda, atribuir grande valor à fala dos grupos, assim como aos riscos de se trabalhar com a escuta do sofrimento do outro. De modo que esta teoria nos permite refletir sobre o compromisso ético de todos inseridos no processo, bem como abre possibilidades para pensarmos nas transformações a partir das falas que expressam as vivências, não somente do sofrimento, mas também de prazer.

De acordo com Heloani e Lancman (2004), o trabalho possibilita que a subjetividade seja confrontada com as regras e valores do mundo de modo a integrar dimensões aparentemente contrárias. A organização do trabalho caracterizada pelo que é externo, como as relações de poder, a divisão do trabalho, bem como pelo conteúdo da tarefa. Pode ser desta forma confrontada por questões internas do trabalhador, como a vontade e o desejo, podendo então ocasionar sofrimento psíquico diante desse confronto. Ocorre, assim, uma síntese dessas dimensões que são expressas na relação trabalho e sujeito. A divisão entre a dimensão do que é externo e interno acaba sendo uma separação meramente didática para que seja possível visualizar detalhes do fenômeno.

Percebemos, neste sentido, que há contradições no que concerne a lógica da organização e a lógica do indivíduo, pois a primeira está relacionada ao lucro, metas e produtividade;

enquanto que a segunda tem seus medos, anseios, desejos e limitações físicas ou emocionais. Percebemos que, em meio a tais contradições, além do sofrimento ocasionado pelo trabalho, tendo em vista seus desafios, esse mesmo trabalho pode ser gerador de prazer e ainda de desenvolvimento humano do trabalhador (HELOANI; LANCMAN, 2004).

Toda atividade humana está relacionada com o outro e não seria diferente com o trabalho, o qual também é construído dentro desta conjuntura de relações que nos possibilita um lugar social. Trabalhar é essa busca, na tentativa de descobrir a origem do sofrimento para que seja possível encontrar uma solução. O trabalho vivo mobiliza o sujeito, pois pode proporcionar, dependendo da condição de trabalho, um engajamento criativo e da inteligência, que pode ser aprimorada por meio das ações de cada sujeito. Desta maneira, o trabalhar jamais é neutro (DEJOURS, 2012b).

Mendes e Araújo (2011) dizem que, para fortalecer os trabalhadores, torna-se necessário ouvi-los. É também importante que haja o prazer no envolvimento das pessoas para ultrapassarem os desafios impostos pelas atividades a eles determinadas, bem como a relação no trabalho e ainda no desenvolvimento de suas competências profissionais.

De acordo com a psicodinâmica do trabalho, é na coletividade que se constrói o sentido dos sofrimentos vivenciados, por isso é relevante a fala, pois é a partir dela que os trabalhadores poderão compartilhar suas vivências, sentimentos e impressões, podendo assim criar um novo sentido para o trabalho. Tal prática é descrita no fazer da clínica do trabalho onde se busca intervir nas situações, propriamente ditas do trabalho, tentando compreendê-las juntamente com os processos psíquicos envolvidos (HELOANI; LANCMAN, 2004). Realidade que se expressa em instituições totais, onde a dinâmica de trabalho percebe a existência de “prescrições” do funcionamento institucional que poderão gerar sofrimento nos trabalhadores.

Este projeto traz a Psicodinâmica do Trabalho como base teórica para se compreender a dimensão subjetiva do trabalho dos técnicos de nível superior inseridos em instituições socioeducativas voltadas para adolescentes em privação de liberdade (internação e semiliberdade). Também será auxiliada pelo olhar da Psicologia Social Clínica, ao recorrer à categoria de análise “sentido do trabalho” valorizada por Jaqueline Barus-Michel e entre outros autores que discutem sobre a temática.

O diálogo entre essas duas teorias torna-se possível, pois existem pontos em comum,

entre eles estão: “a articulação dinâmica do psíquico e do social, referência a uma teoria do sujeito que aceita a hipótese do inconsciente, o paradigma construtivista-subjetivista e o enfoque compreensivo, a articulação da pesquisa e ação” (LHUILIER, 2011, p.42).

O trabalho de conclusão de curso de Feitoza (2013) intitulado “Subversão do sofrimento em prazer: clínica do trabalho com socioeducadores em um centro para adolescentes que cumprem medida judicial de internação em Manaus” mostrou a relevância da escuta clínica do trabalhar e indicou a importância de se ouvir outros trabalhadores que fazem parte do contexto socioeducativo, que estão implicados neste trabalho, enfrentando desafios diários ao lidar diretamente com os adolescentes em conflito com a lei. Assim, a pesquisa apontou a relevância de possibilitar aos demais trabalhadores um espaço de escuta de suas vivências, percepções, experiências e mesmo reflexões sobre o sentido de seu trabalho.

A afinidade com o campo socioeducativo é oriunda da participação no projeto En-canta a vida<sup>1</sup>, que proporcionou momentos de enriquecimento não somente profissional, mas também enquanto sujeito dotado de uma identidade única, possuidor de uma autonomia e com responsabilidade de transformação social. O projeto possibilitou ainda problematizar questões acerca do sistema socioeducativo adotado no país e de suas implicações junto à sociedade.

Ainda atrelado às vivências e experiências diante deste contexto, menciona-se o estágio extracurricular realizado no Juizado da Infância e Juventude Criminal, uma prática em Psicologia executada no Judiciário, que englobava o atendimento psicológico ao adolescente, bem como construção de relatórios e acompanhamento da execução das medidas socioeducativas.

Dito isto, surgiu o interesse da pesquisadora em estudar a temática “trabalho” nesse contexto. Entende-se que o trabalho pode ser saudável quando possibilita o fortalecimento da identidade, o que é favorecido por elementos como: a cooperação, o reconhecimento, a valorização do trabalho e limite do corpo (sobrecarga) e quando há a mobilização subjetiva. O sofrimento, todavia, está presente no trabalho e pode ser agravado pelas condições e pela organização de trabalho, vindo a se manifestar em sentimento de indignidade e inutilidade,

---

<sup>1</sup> “En-canta a Vida: canto coral e promoção de proteção a adolescentes em medida socioeducativa de internação”. Este projeto foi desenvolvido pelo Laboratório de Intervenção Social e Desenvolvimento Comunitário, coordenado pela professora Dra. Cláudia Sampaio (UFAM). Possuía como objetivo a promoção de direitos e fatores protetivos aos adolescentes em conflito com a lei e a música era seu instrumento facilitador.

vivência depressiva, fadiga e ansiedade. Assim entendemos que trabalhar não é apenas produzir, pois traz consigo diversos sentidos, ainda a possibilidade de conduzir ao melhor e ao pior: promover a saúde ou desencadear a doença (DEJOURS, 2007a).

O trabalho permite um caráter de identidade àquele que exerce uma determinada atividade quando se reconhece naquele lugar e se sente realizado, ou mesmo quando é reconhecido por outras pessoas pelo seu fazer. Isto está vinculado também ao conteúdo significativo do trabalho, onde pode existir a dificuldade prática da tarefa e também uma significação dessa atividade para quem a exerce (DEJOURS, 2007a).

O grupo de trabalhadores que esta pesquisa abrangeu foi formado por técnicos que possuem nível superior, tais como: psicólogo, assistente social e pedagogo. O ponto de partida foi a busca da compreensão da Organização do Trabalho, na qual estavam inseridos. Tal Organização está relacionada à divisão do trabalho e ainda ao conteúdo da tarefa, que consiste na forma como que a organização concebe o trabalho (prescrições) e ainda como o trabalhador experiencia o real do seu trabalho. Mostrou-se importante ouvir o trabalhador que faz parte do contexto socioeducativo e possibilitá-lo um espaço onde seja proporcionado à escuta de suas vivências e o sentido que ele atribui ao trabalho.

A dissertação está organizada em três capítulos, o primeiro engloba o referencial teórico, o segundo abrange o percurso metodológico e o terceiro incorpora os resultados e a discussão. O referencial teórico contextualiza o processo histórico das políticas para crianças e adolescentes, a construção das práticas em Psicologia, Serviço Social e Pedagogia no Brasil, a proteção integral para crianças e adolescentes, o sistema de garantia de direitos, a prática profissional da Psicologia, do Serviço Social em medidas socioeducativas, o atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Estado do Amazonas. Apresenta para o leitor quem são técnicos de nível superior dos Centros Socioeducativos do Amazonas, chegando então à base teórica que sustenta essa pesquisa – a Psicodinâmica do Trabalho – com suas construções históricas e apresentação das categorias utilizadas pela teoria; e, por fim, discute o sentido do trabalho com as contribuições de Dejours (2007b), Jacqueline Barus-Michel (2003; 2012) entre outros autores que dialogam com este conceito.

O percurso metodológico apresenta referentes à definição dos locais onde a pesquisa foi realizada, caracteriza os participantes, identifica os critérios de inclusão e exclusão dos técnicos de nível superior, o instrumento utilizado para a coleta de dados (entrevista), revela a

técnica para análise dos resultados, as entrevistas e aponta as dificuldades encontradas no campo.

O último capítulo é composto por resultados e discussão, nele constam a organização do trabalho prescrita e real, as estratégias defensivas e de enfrentamento, o reconhecimento, a mobilização subjetiva e o sentido do trabalho; estas categorias de análise são relacionados ao que foi encontrado nas instituições socioeducativas, bem como se busca discutir cada um desses conceitos.

Isto posto, por contexto socioeducativo entende-se o espaço no qual o adolescente que fica na condição de conflito com a lei cumpre medida socioeducativa para atos infracionais prevista no Capítulo IV, Seção I do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990. Tais medidas podem ser de seis tipos: (1) advertência; (2) obrigação de reparar o dano; (3) prestação de serviços à comunidade; (4) liberdade assistida; (5) inserção em regime de semiliberdade; e (6) internação em estabelecimento educacional.

Dentre as medidas judiciais citadas anteriormente, há a de internação e a de semiliberdade, que consistem na privação de liberdade. Para a execução de tais medidas, há profissionais que, no exercício de sua profissão, são responsáveis pela efetivação dos deveres e direitos dos adolescentes enquanto institucionalizados; e ainda são sujeitos que conferem um sentido próprio ao seu trabalho. **O problema que se coloca é: como os técnicos de nível superior dos centros socioeducativos realizam seu trabalho? E qual é o sentido atribuído ao mesmo?**

O **Objetivo geral** da pesquisa foi compreender a organização do trabalho dos técnicos de nível superior de centros socioeducativos na cidade de Manaus, seu desdobramento sobre as vivências de sofrimento e prazer bem como o sentido deste trabalho para os mesmos.

Os **objetivos específicos** foram caracterizar a Organização do Trabalho - OT prescrita e real, identificar os agravantes de sofrimento no trabalho e as estratégias defensivas, compreender os mobilizadores de prazer e as estratégias de enfrentamento do sofrimento no trabalho e compreender o sentido do trabalho dos técnicos de nível superior e sua relação com a mobilização subjetiva.



## CAPÍTULO 1

### 1. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo inicia-se apresentando brevemente o processo histórico das políticas para crianças e adolescentes e a construção das práticas profissionais em Psicologia, Serviço social e Pedagogia no Brasil, bem como o processo histórico de atendimento ao adolescente em conflito com a Lei no Estado do Amazonas. Em seguida, a Psicodinâmica do Trabalho com suas construções históricas, o método dejouriano e as categorias de análise em psicodinâmica. Por fim, apresenta-se a categoria de análise o “sentido do trabalho”.

#### **1.1 O processo histórico das políticas para crianças e adolescentes e a construção das práticas profissionais em Psicologia, Serviço social e Pedagogia no Brasil.**

A primeira casa de recolhimento para menores no Brasil foi fundada no período da colonização por volta do ano de 1551. Esta casa estava sobre o controle dos jesuítas e tinha a finalidade de isolar as crianças indígenas para que não tivessem acesso aos costumes de seus pais, tidos pelos portugueses como atozes (MONTEIRO, 2001; SOARES, 2013; VILLAS-BÔAS, 2012). Esta é considerada a primeira política de recolhimento de crianças no Brasil. Por meio dela, o Estado, juntamente com a Igreja, as retirava da convivência dos seus pais e dos seus costumes tribais, embora não houvesse nesse momento infração cometida por elas.

As Ordenações do Reino de Portugal que se fizeram presente no Brasil-Colônia eram reflexos do pensamento português de que o pai era a autoridade mais importante na família. Desta forma, para Villas-Bôas (2012), como os indígenas expunham costumes que eram diferentes dos cultivados em Portugal, buscou-se catequizar as crianças indígenas, com o auxílio dos jesuítas, para que elas levassem aos pais o modelo de pensamento dos portugueses.

Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, criaram-se bibliotecas, academias e instituições de ensino, Faculdades de Medicina e Direito e Escolas Normais.

Salvador e Rio de Janeiro, nesse período, tornam-se grandes centros urbanos apontando problemas como o aumento da população excluída de condições mínimas de dignidade, como os leprosos, loucos, crianças abandonadas, em sua maioria ex-escravos já não produtivos que eram abandonados e se tornavam alvos das práticas higienistas, como reclusão em prisões e hospícios (CRP SP, 2011).

No Brasil Império, em torno do ano de 1822, o sistema político que vigorava era a monarquia parlamentar constitucional. Durante esse período, começou a aparecer nas práticas do Estado, uma preocupação com os infratores (menores de idade e maiores de idade). Com as Ordenações Filipinas, a responsabilidade penal era alcançada aos sete anos de idade. Isto é, dos sete anos aos dezessete anos, o tratamento era similar ao dos adultos, porém com um abrandamento ligado à aplicação da pena.

Em 1830, foi criado o Código Penal do Império, no qual os menores de quatorze anos eram considerados inimputáveis, todavia os que estivessem entre sete e quatorze anos de idade e acusassem algum tipo de discernimento poderiam ser encaminhados para as casas de correção e lá poderiam permanecer até os dezessete anos de idade (VILLAS-BÔAS, 2012).

Para Cruz, Silva e Sá (2009), no que tange à educação brasileira, durante o Império, houve a expansão das escolas onde se exigia a formação de professores de nível médio, o que era realizado pela Escola Normal. Pode-se dizer também que as primeiras contribuições para o estudo da Psicologia, no Brasil, de acordo com Soares (2010) são realizadas por médicos, que, em suas teses, estimulavam estudantes e profissionais a adentrar no estudo de assuntos psicológicos, tais como: paixões, emoções, diagnóstico e tratamento de alucinações mentais, epilepsia e histeria.

A crise do Império, acentuada pela defesa dos ideais republicanos, insatisfações e aliança entre militares e fazendeiros de café, resultou na Proclamação da República. Diante deste advento, foi no ano de 1889 que se elaborou o Primeiro Código Penal dos Estados Unidos do Brasil; com ele ocorreram pequenas transformações no que diz respeito ao Código Penal anterior, o chamado Código do Império de 1830. A modificação ímpar foi a que versava sobre a imputabilidade penal de menores de nove anos de idade.

Nesse momento, a produção cafeeira era a base da economia, o que também determinava a política econômica e social. Com o passar dos anos, a política econômica que estava a serviço dos cafeicultores, acarretou o descontentamento das camadas excluídas da

sociedade, bem como dos intelectuais motivados pelo ideário liberal. Assim, surgiu o anseio de projetar o Brasil rumo ao desenvolvimento e ao progresso: à modernidade. Então, tinha-se instaurado a necessidade de um ser humano novo para a sociedade, cabendo para a Educação tal objetivo, sendo assim ela vai buscar na Psicologia a base para sua ação (CRP-SP, 2011).

Neste período, a temática envolvendo “problemas com crianças”, segundo Soares (2003), passa a ter uma dimensão política, pois vai ao encontro do ideal defendido pelo Estado. Então, se necessitava urgentemente de uma intervenção que buscasse corrigir os “menores” para que assim se tornassem cidadãos produtivos à pátria.

No ano de 1906, de acordo com Villas-Bôas (2012), foram inauguradas casas de recolhimento com o intuito de se defender os “menores”, estas eram designadas para ensinar e corrigir menores que não respeitavam as leis vigentes. Em 1911, ocorreu o Congresso Internacional de Menores em Paris. Um ano após esse Congresso, no Brasil, o deputado João Chaves sugeriu uma alteração na legislação. Essa mudança acarretou em uma proposta e reforma no direito de crianças e adolescentes que visava protegê-los e recomendou que os tribunais possuíssem juízes especializados nesta área.

Seguindo nesse processo histórico, no ano de 1917, foi editada a primeira lei na qual o adolescente, entre doze e dezessete anos, que cometesse ato “perigoso”, não era considerado como criminoso. No ano de 1923, foi criado o Primeiro Juizado de Menores. Em 1927, foi anunciado um relevante passo relacionado à legislação para jovens no Brasil, o Código de Menores, Decreto 17.923-A, chamado de Código Mello Matos, que foi o primeiro Código brasileiro para assistência e proteção à infância e adolescência, embora não fosse direcionado a todas as crianças, mas àquelas que estavam em situação irregular (OLIVEIRA, 2010).

O Código Mello Matos, conforme Soares (2003), demonstrou o intuito de proteção e controle das crianças pelo Estado, estabelecendo uma forma de intervenção sobre as que eram pobres. Foi nesse período que surgiu a categoria “menor” para representar a infância pobre. Esse Código era direcionado para crianças e adolescentes de classes sociais baixas e entendia a infância pobre como perigosa.

Datam da década de 1920 as primeiras aplicações sistemáticas da Psicologia, porém seu desenvolvimento ocorre nos anos de 1930, com as novas perspectivas de industrialização no país (SOARES, 2010). Segundo Cruz, Silva e Sá (2009), o curso de Pedagogia foi criado na década de 1930, nessa época se discutia a implantação das primeiras universidades brasileiras e a influência dos ideários da Escola Nova. A Escola Nova defendia a educação para todos democraticamente, pois ela objetivava uma reconstrução social por meio da educação.

Sua regulamentação se deu com o Decreto Lei nº 1190, de 04 de abril de 1939, onde professores secundários (formados pela Universidade de São Paulo e pela Universidade de Minas) serviram como alusão para sua regulamentação. Desta forma, o curso passou a funcionar como uma seção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Brasil. Sua intenção era formar bacharéis em três anos, habilitando em uma função técnica indefinida, e licenciatura com mais um ano de didática. Os licenciados seriam os professores que atuariam na Escola Normal formando professores para dar aula na educação primária (CRUZ; SILVA; SÁ, 2009).

O Serviço Social surgiu, conforme Barbosa (2008), neste mesmo período, num contexto de desenvolvimento capitalista, marcado por conflitos, crescimento da classe operária e lutas sociais contra a exploração do trabalhador e em defesa da cidadania. Nesse sentido, o Serviço Social aparece como desdobramento da Ação Social e da Ação da Igreja Católica. Entende-se aqui que a Igreja Católica teve sua relevância na construção da identidade do Serviço Social no Brasil, sendo ela responsável pela formação dos primeiros assistentes sociais.

Em seguida, outros fatos como a Revolução Constitucionalista de 1932, a Assembleia Constituinte de 1934 e a Instauração do Estado Novo em 1937 foram momentos relevantes na História do Brasil. Pode-se citar o ano de 1937, onde foi consolidada uma nova Constituição, que trouxe “a possibilidade de proteção social à infância e juventude, bem como dos setores mais carentes da população” (VILLAS-BÔAS, 2012, p.6).

Importante destacar que, neste período, no Brasil, houve o fim da República Velha. Getúlio Vargas assumiu a presidência impulsionado pela modernização econômica e social que se iniciava. A classe operária não possuía legislação trabalhista que a respaldasse e isto fez com que conflitos na luta de direitos surgissem. Consoante Barbosa (2008), as políticas sociais nasceram no sistema capitalista monopolista como resposta às pressões das classes operárias. Com a exploração das forças produtivas e com a manutenção do sistema responsável pela concentração de renda em favor dos grupos hegemônicos, mostraram-se imperativas as políticas públicas que abarcassem as necessidades do momento. É datada do governo Vargas o início das conquistas dos direitos trabalhistas.

No que concerne às políticas para crianças e adolescentes, segundo Soares (2003), a imputabilidade do menor de 18 anos evidenciou um progresso normativo que teve seu ápice com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. No momento deste Código Penal (de 1940), já havia pensamentos que concebiam a condição do “menor” como sendo peculiar, logo seria distinta da de adulto. Nesta fase, ainda, se estabeleceu as funções do juiz e do curador de menores.

Para Barbosa (2008), as décadas de 1930, 40 e 50 foram períodos de crescente aumento do processo de industrialização, culminando em desenvolvimento econômico, social e político. Diante desse contexto intensificaram-se as relações sociais próprias do sistema capitalista.

O Serviço Social, neste período, passou a integrar programas de bem-estar. Neste sentido, conforme Soares (2010), o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, criado em 1942, era um órgão do Ministério da Justiça que atuava diretamente com menores de dezoito anos de idade e tinha o objetivo de mantê-los reclusos ou apreendê-los quando fossem considerados em situação de abandono ou em conflito com a lei.

Em meados da década de 50, o Brasil vivencia o Governo de Juscelino Kubistchek (com seu plano desenvolvimentista do país). Foi no ano de 1957 que o Serviço Social foi reconhecido como profissão, muito embora a formação profissional não oferecesse condições de desenvolver uma crítica de consciência, é o que salienta Barbosa (2008).

Com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, na década de 60, houve mudanças políticas, econômicas e sociais que influenciaram de modo decisivo a Educação no Brasil. Nessa época, formava-se um profissional que visava apenas um alto grau de produtividade e que atendessem a um modelo desenvolvimentista (CRUZ; SILVA; SÁ, 2009).

De acordo com Soares (2010), com a extinção do SAM, foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM pela Lei nº 4.513 de 1º de dezembro de 1964 que possuía um caráter de entidade autônoma contendo personalidade jurídica, encarregada pelo levantamento nacional do problema do “menor”, fiscalizava o cumprimento da política de assistência designada a este público e ofertava assistência técnica aos estados, municípios e entidades que as solicitassem. O Brasil estava especificamente no período do Golpe Militar de 64, que culminaria numa ditadura militar e o mundo presenciava a Guerra Fria.

Em conformidade com o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (2011), é nessa conjuntura que a Psicologia se consolida como ciência e profissão no Brasil, buscando formular teorias, técnicas e práticas. A Lei 4119 de 27 de agosto de 1962 reconhece a profissão de psicólogo, institui normas para a atuação profissional e ainda propõe um currículo mínimo para sua formação (CRP SP, 2011).

Em 1967, a Lei nº 5.228 de 10 de abril de 1967 aborda as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais. No ano de 1968, essa Lei foi revogada. Neste mesmo ano, com a Reforma Universitária, verificou-se um aumento de faculdades privadas, que transformaram a atividade docente em uma alternativa de trabalho para psicólogos.

Estes puderam fazer do espaço um lugar para produção de uma Psicologia crítica. Por conseguinte, a Psicologia Clínica, que era exercida nos consultórios particulares tornou-se o sonho de muitos profissionais, ainda que corroborasse para a elitização da profissão. Nesta acepção, entende-se que o controle ao livre pensamento favoreceu perspectivas tidas como idealistas e tecnicistas na área (CRP-SP, 2011).

Tal reforma universitária separou o curso de Pedagogia das Faculdades de Filosofia para dar lugar a departamentos, institutos ou faculdades, como as Faculdades de Educação, responsáveis por oferecerem o curso em questão (CRUZ; SILVA; SÁ, 2009).

A restrição nesses anos aponta para as práticas de profissionais da Psicologia que explicaram a exclusão social com argumentos psicológicos, tendo em vista que apoiaram as práticas de punição, castigo dentre outras, muito comuns na época (CFP SP, 2011).

No ano de 1979, a Lei nº 6.697 instituiu o Código de Menores, que estabeleceu a doutrina da situação irregular no país. Este Código determinava assistência, proteção e vigilância aos menores, entre dezoito e vinte e um anos que estivessem em situação irregular. Consoante este Código, em seu artigo 2º, estava em situação irregular:

Art. 2º. I- o menor privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória II-vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI – autor de infração penal (BRASIL, Lei nº 6.697,1979, art. 2º).

Diante do anseio de tentar entender os fatores da desigualdade socioeconômica, pesquisadores, profissionais e estudantes de Psicologia passaram a responder as demandas da sociedade segregada que não possuía acesso ao trabalho deste profissional (CRP SP, 2011).

De acordo com Sá, Silva e Cruz (2009), nas décadas de 70 e 80 ocorreu um movimento por nova reformulação do Curso de Pedagogia feita por professores e instituições educativas. Ao longo de sua história, a Pedagogia também foi marcada por outras reformulações. Segundo os autores:

Era oferecida uma formação fragmentada, com forte influência tecnicista e uma grande divisão do trabalho na escola. Esse movimento resultou em algumas reformas curriculares, adequando suas habilitações e formando os pedagogos para atuarem nas séries iniciais do 1º grau. A Pedagogia, no Brasil, continuou a passar por constantes regulamentações, a fim de se adequar às necessidades momentâneas do sistema de ensino. (CRUZ; SILVA; SÁ, 2009).

Os antigos mecanismos de proteção social, realizados pelo Serviço Social, consoante Barbosa (2008), desintegravam-se, pois estavam voltados às intervenções de mudança de

comportamento do indivíduo e da família, então sua ação passou a ser inspirada na Teoria Crítica Marxista, numa visão transformadora.

Não se pode esquecer que durante a história da consolidação dos direitos da criança e do adolescente, ao mesmo tempo em que a Psicologia, a Pedagogia e o Serviço Social estabeleciam-se como profissões, houve alguns movimentos de reflexão da sociedade e do poder público que se transformaram em marco, pois expressaram uma trajetória de lutas no que concerne aos direitos da infância e juventude. Entre eles destacam-se a Declaração de Genebra, apresentada em 1924, a Declaração dos Direitos da Criança de 1959, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing de 1985 e a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 (CNJ, 2015).

### **1.1.1 A proteção integral para crianças e adolescentes**

Com o advento da Constituição Federal de 1988, começou a se estabelecer um novo formato dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Em seu art. 227, a Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Artigo 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, Constituição Federal, 1988, art. 227º).

Alguns anos após este texto constitucional ter sido promulgado, foi sancionada pelo então presidente Fernando Collor a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Esta dispõe sobre o ECA, que se configurou como uma nova estrutura para se pensar e proceder junto às crianças e adolescentes, alicerçada na Doutrina da Proteção Integral. Assim surge um paradigma jurídico e também social: logo em seu artigo 1º o ECA determina a proteção integral à criança e ao adolescente.



De acordo com a Doutrina da Proteção Integral, a criança e o adolescente são reconhecidos como sujeitos de direitos. Sobre esse ponto de vista, a infância e a adolescência são vistas como fases de desenvolvimento e passam a ser princípio constitucional. Por conseguinte, a Lei nº 8.069 de 1990, em seu artigo 4º, reitera o dito anteriormente na Constituição de 1988:

Artigo 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, Lei nº 8.069, 1990, art.4º).

Criança, segundo o ECA, é a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente é aquela entre doze e dezoito anos de idade. Porém, em alguns casos excepcionais, este Estatuto pode ser aplicado às pessoas que estejam entre os dezoito anos e vinte e um anos de idade (BRASIL, Lei nº 8.069, 1990, art. 2º). Estas pessoas gozam de direitos fundamentais, entre eles está o direito à vida, à educação, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar.

A condição de vulnerabilidade da criança e do adolescente é legitimada pelo ECA, que reconhece a necessidade de proteção integral por parte do Estado, da família e da sociedade. Cada uma dessas instituições citadas possui um papel na efetivação desses direitos. Isto posto, a família é responsável pela criação e educação, a sociedade tem a obrigação de zelar por todas as crianças e adolescentes e, por fim, o Estado deve trabalhar na promoção e cumprimento de políticas públicas que atendam às necessidades e garantam os direitos adquiridos por essa parte da população (CNJ, 2015).

### **1.1.2 O Sistema de Garantia de Direitos**

O sistema de garantias de direitos, conforme o Conselho Nacional de Justiça (2015), pressupõe a ação de vários órgãos de forma integrada visando à promoção da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, defesa dos direitos de crianças e adolescentes e controle das ações públicas de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Na promoção, esta que é caracterizada pelo desenvolvimento da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, é possível encontrar programas de execução, especificamente, de medidas socioeducativas. Tal sistema possui alguns serviços oferecidos nas áreas de assistência social, saúde, educação, serviços de atendimento socioeducativo e serviços de acolhimento institucional (CNJ, 2015).

Dito isto, mostra-se importante elencar quais são as medidas socioeducativas que norteiam os serviços de atendimento socioeducativo, lembrando que tais medidas são aplicadas pelo Juiz da Infância e Juventude quando averiguada a prática de ato infracional por adolescentes. São elas, segundo o artigo 112 do ECA: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade e internação em estabelecimento educacional.

A advertência incide na admoestação verbal, onde o adolescente assina um termo de responsabilidade. Na obrigação de reparar o dano, o adolescente deve restituir o patrimônio ou ressarcir a vítima. Quanto à prestação de serviços à comunidade, consiste na realização de tarefas gratuitas em entidades assistenciais, hospitais, escolas, entre outros estabelecimentos, contudo não pode exceder à carga horária de oito horas semanais para que não se torne prejudicada a frequência na escola. E a liberdade assistida tem um prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada (BRASIL, Lei nº 8.069, 1990). As duas outras medidas, a de semiliberdade e internação têm um diferencial, portanto comentaremos a seguir.

Tais medidas, conforme a Lei nº 8.069 de 1990, são realizadas em meio aberto, na semiliberdade e na internação, os adolescentes se encontram em medida privativa de liberdade. Sendo assim, na internação não há um prazo fixo para o cumprimento dessa medida, porém ela deve ser avaliada a cada seis meses e a liberação do adolescente é compulsória aos vinte e um anos de idade. O regime de semiliberdade, por sua vez, pode ser aplicado logo no início ou como uma maneira para passar a integrar o meio aberto; essa medida também não possui prazo determinado. Nessas medidas, é obrigatória a escolarização.

Vale ressaltar que, além dessas medidas, quando se julgar necessário, poderão ser utilizadas as apontadas no art. 101, I a VI do ECA. Estas abrangem o encaminhamento aos pais ou responsáveis mediante assinatura de termo de responsabilidade, orientação, acompanhamento, matrícula em instituição de ensino, inclusão em programas comunitários, tratamento médico, psicológico e odontológico (BRASIL, Lei nº 8.069, 1990, art.101).

No ano de 2012, a Presidente da República sancionou a Lei 12.594 de 12 de janeiro, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que regulamenta as medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que cometeram ato infracional. O SINASE é coordenado pela União e é integrado pelos sistemas estaduais, municipais e distritais responsáveis em por em prática os seus respectivos programas de atendimento ao adolescente:

Artigo 1º, § 1º. Entende-se por SINASE o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (Lei nº 12.594, 2012, art. 1º).

### **1.1.3 A prática dos profissionais de Psicologia, Pedagogia e Serviço social em medidas socioeducativas.**

O psicólogo, de acordo com Fonseca e Develati (2013), nas instituições socioeducativas, está diante de um sistema que envolve não somente o adolescente, mas também sua saúde mental e física, o seu processo judicial, suas relações sociais e familiares e ainda o seu processo disciplinar e educacional. Desta forma, todos esses aspectos citados irão atuar na vida do adolescente a fim de contribuir para que seus direitos sejam garantidos. Apontam-se como atividades desenvolvidas pelo psicólogo nesse contexto as avaliações e pareceres requeridos pelo Poder Judiciário, bem como o processo psicoterápico com vistas a fortalecer o adolescente que se encontra em um ambiente regulador e punitivo (FONSECA; DEVELATI, 2013).

A atuação do assistente social, para Arruda e Pinto (2013), é edificada a partir dos processos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operacionais apreendidos no contexto histórico e político da produção e da reprodução na/da relação capital-trabalho. Este profissional faz parte de uma equipe de trabalho multidisciplinar desenvolve ações interdisciplinares junto aos demais profissionais das áreas de conhecimento da Psicologia, da Terapia Ocupacional, da Pedagogia, do Direito e da Enfermagem. Além da atuação interdisciplinar com estes profissionais, ainda é necessária a articulação cotidiana do

Assistente Social com os agentes de segurança socioeducativos, professores, auxiliares educacionais, diretores e demais profissionais do centro socioeducativo.

Considerando o espaço sociocupacional de atuação do centro socioeducativo, podemos afirmar que o Assistente Social tem algumas atribuições específicas no seu cotidiano profissional e algumas competências em conjunto com as demais áreas (ou técnicos), como por exemplo, na elaboração de relatórios, planilhas de atividades, participação em reuniões de equipe, de estudo de caso e em atividades promovidas pela unidade, dentre outros, por entender que os adolescentes necessitam de um ambiente propício para a garantia do direito à educação, saúde física e mental, que promova sua preparação para o trabalho e contenham atividades de lazer e cultura.

Em relação às práticas exercidas pelo profissional pedagogo, entende-se que se busca o fortalecimento do processo pedagógico do atendimento em detrimento do caráter sancionatório, voltado para o desenvolvimento do adolescente como um ser único e em fase de desenvolvimento.

#### **1.1.4 O atendimento ao adolescente em conflito com a lei no Estado do Amazonas**

Conforme Amazonas (2013a), o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, no estado, iniciou no ano de 1937 quando foi criada, pelo Dr. André Araújo, a Ala Feminina na Colônia Agro-Escolar Mello Matos. A referida instituição atendia crianças e adolescentes do sexo feminino, estabelecendo como prioridades os casos de abandono, extrema pobreza e cometimento de ato infracional. Houve, ainda, a criação da Escola Preventiva Bom Pastor por meio do Governo do Estado e da Diocese de Manaus. Foi a partir da criação dessas instituições que Manaus começou a operacionalizar políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes, de ambos os sexos, visando atender os carentes de recursos financeiros, bem como os autores de ato infracional.

Em 1945, o Dr. Arnaldo Carpinteiro Peres criou o Abrigo Maria Madalena. Instituição que atendia crianças e adolescentes, do sexo feminino que fossem órfãs, abandonadas, infratoras ou evadidas do lar. O abrigo funcionava em anexo ao Instituto Mello Matos, seguia padrões similares aos realizados na Ala Feminina, pois abrangia as necessidades básicas da população em vulnerabilidade social e ainda atendia casos de infração. Porém, no ano de

1948, este abrigo se desvinculou de tal Instituto e passou a ser administrado pelo Poder Judiciário. Neste momento a instituição foi disciplinada pelo Código de Menores conhecido como Mello Matos (AMAZONAS, 2013a; 2015a).

Anos depois, em 1965, o Instituto Maria Madalena deixou de ser responsabilidade do Poder Judiciário para ser coordenado pelo Poder Executivo do Estado, recebendo o nome de Escola Darcy Vargas. Em 1973, o Instituto estava localizado na Av. Darcy Vargas, no bairro da Chapada, depois se mudou para a Rua Recife, no bairro de Adrianópolis, onde funcionava com as mesmas nomenclatura e atribuições (AMAZONAS, 2015a).

O Instituto Maria Madalena, na década de 1980, passou a ser situado no Bairro Alvorada I e recebeu o nome de Unidade Assistente Social Dagmar Feitoza, uma homenagem à assistente social Dagmar Feitoza, que dedicou seu trabalho às questões relacionadas às crianças e adolescentes, principalmente com as do sexo feminino. Essa unidade começou a atender o público masculino em regime de internação e semi-internato, sendo assim, seu atendimento englobava o sexo feminino e masculino. Nela funcionava a “Escola Oficial de 1ª a 4ª séries, que integrava, de modo satisfatório, usuários da comunidade do bairro Alvorada I” (AMAZONAS, 2015a, p.10).

Em conformidade com Amazonas (2013a; 2015a), a sede própria dessa instituição foi construída através do movimento expresso pelo Governo do Estado em parceria com o Governo Federal, que na época tinha como chefe do Poder Executivo o General João Batista Figueiredo, através de recursos destinados à FUNABEM. A execução das ações voltadas para o adolescente infrator, no Estado, tornou-se de competência do Instituto Estadual do Bem-Estar do Menor – IEBEM.

Com a sanção do ECA, dispendo sobre a proteção integral da criança e do adolescente, notou-se a necessidade de um local de atendimento especializado para as adolescentes. Havia então, um local denominado Casa Lar, que estava em fase de construção e visava atender adolescentes do sexo masculino que não tinham família; esta casa funcionaria como uma república. Todavia, com o término da construção e com a necessidade de um lugar que pudesse atender à Internação Provisória e à Internação, previstas no Estatuto, esta passou a atender o público feminino e recebeu o nome de Centro Socioeducativo Marise Mendes, em homenagem a Marise Mendes, que foi Secretária de Estado da Assistência Social (AMAZONAS, 2015a).

A Unidade Assistente Social Dagmar Feitoza, segundo Amazonas (2013a), passou a atender as crianças e adolescentes do sexo masculino, em regime de internação, sobre o prisma do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

No ano de 1997, foi criado o Centro Socioeducativo Senador Raimundo Parente, no intuito de atender o adolescente em internação provisória. Neste mesmo ano, o atendimento socioeducativo de semiliberdade previsto no art. 120, seção VI, capítulo IV da Lei nº 8.069/90 teve início e o funcionamento ocorreu em residência alugada no Conjunto Morada do Sol; este imóvel estava apto para atender quinze adolescentes (AMAZONAS, 2013b; 2015b).

Em dezembro do ano de 1998, Amazonas (2013b) aponta que o Instituto Estadual de Proteção a Criança e ao Adolescente – IEPAM foi abolido e então o atendimento de semiliberdade tornou-se inativo. No ano posterior, o funcionamento da semiliberdade ocorreu no Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitoza. Todavia, apesar de os adolescentes que cumpriam medida de internação permanecessem separados dos que cumpriam medida de semiliberdade, a estrutura não se mostrava apropriada.

No ano 2000, foi criada a Unidade de Acautelamento Provisório, designada para receber adolescentes de ambos os sexos. Sua estrutura física sofreu mudanças para que pudesse atender trinta adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida de internação. No mesmo ano, o atendimento de semiliberdade passou a funcionar no Complexo de Atendimento ao Adolescente Infrator no bairro Alvorada I (AMAZONAS, 2013b; 2015b).

O funcionamento do Centro Socioeducativo Raimundo Parente, especificamente como centro socioeducativo, remete ao ano de 2001, ao ser destinado a acolher adolescentes do sexo masculino para cumprimento de medida de internação que possuíssem idade entre doze e quinze anos e excepcionalmente até os 16 anos (AMAZONAS, 2015b).

Em meados de 2006, a Casa de semiliberdade, como afirma Amazonas (2013b), foi transferida para um novo local localizado no Centro da cidade, pois o antigo lugar não atendia de forma eficaz as necessidades institucionais. Com o aumento da demanda de adolescentes em cumprimento de medida de semiliberdade, foi necessário encontrar outro prédio que melhorasse a oferta do atendimento.

Nos dias atuais, os Centros Socioeducativos recebem adolescentes da capital, bem como os provenientes de demais municípios do Amazonas. Para a execução de medidas

judiciais de internação e de semiliberdade, o Estado conta com quatro unidades, sendo uma delas especificamente voltada a adolescentes do sexo feminino, duas unidades atendem os adolescentes que cumprem internação e a outra unidade recebe adolescentes do sexo masculino em semiliberdade.

Os Centros eram mantidos pela Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania – SEAS, possuindo um departamento exclusivo ao atendimento socioeducativo. Atualmente, são mantidos com recursos da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, contendo ainda setores que administram os assuntos relacionados à execução de medidas judiciais para crianças e adolescentes.

#### **1.1.4.1 Técnicos de nível superior dos centros socioeducativos**

A equipe técnica dos Centros Socioeducativos é composta por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos. Estes profissionais são contratados no Regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Possuindo, desta forma, cada área de atuação, suas atribuições, requisitos obrigatórios, bem como carga horária semanal de trabalho específica.

Segundo Amazonas (2013c; 2015c; 2015d; 2016), algumas das atribuições do Assistente Social são: realizar estudos sociais; efetuar o acompanhamento dos socioeducandos; elaborar estudos da conjuntura socioeconômica do adolescente fornecendo, quando possível, um plano de ação; desenvolver atendimentos individuais e grupais com os socioeducandos, bem como com seus familiares ou mesmo com pessoas de referência afetiva para o jovem. Devem também produzir o plano de estágio do serviço social, compor a elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA, acompanhando o cumprimento deste Plano por cada adolescente (em sua área de atuação), realizar ainda visitas domiciliares, receber o adolescente na chegada à instituição para realizar uma entrevista inicial. Agendar os atendimentos médicos e odontológicos, auxiliar na documentação civil dos adolescentes, produzir o relatório avaliativo e estabelecer parcerias com órgãos não governamentais.

O pedagogo é responsável pela organização dos programas relacionados ao lazer, ao esporte e recreação dos adolescentes, pelas atividades ligadas à educação no Centro, desde a orientação aos educadores, passando pelo acompanhamento do desempenho escolar dos

socioeducandos até a distribuição dos materiais didáticos a serem utilizados pelos jovens. Esse profissional, assim como o Assistente Social, deve construir o relatório avaliativo e ainda executar quaisquer outras atividades compatíveis com sua área de atuação (AMAZONAS, 2013c; 2015c; 2015d; 2016).

E ao Psicólogo, segundo Amazonas (2013c; 2015c; 2015d; 2016), cabe a realização de atendimento psicoterápico individual e grupal dos adolescentes. Quando necessário, deve realizar também visitas familiares, participar da organização de eventos e atividades sociais, desportivas e educacionais do Centro, elaborar parecer psicológico, fazer o relatório estatístico mensal de seus atendimentos e ainda compor o relatório avaliativo conclusivo dos adolescentes. Elaborar, assim como as outras áreas de formação, o plano de estágio; e ainda promover reuniões com os funcionários no intuito de identificar deficiências para que possa orientar a equipe nesse processo.

## **1.2 A Psicodinâmica do Trabalho**

### **1.2.1 Um breve histórico**

A Psicodinâmica do Trabalho é uma construção teórico-metodológica criada por Christophe Dejours, psiquiatra e psicanalista francês. Dejours (2011a) aponta a publicação do livro “A loucura do trabalho”, no ano de 1980, como um ensaio que apresentava um esboço preliminar de um novo campo de conhecimento e sugeria outros passos de pesquisa acerca do trabalho, mesmo que ainda não se caracterizasse como programa científico *stricto sensu*, este estudo foi inspirado na Psicopatologia do Trabalho. Os caminhos proporcionados por este livro foram analisados no plano teórico, tendo em vista que, para o autor, no plano clínico o campo de investigação não pode ser determinado, pois há uma modificação contínua com a conjuntura histórica do trabalho.

De acordo com Vasconcelos (2015), a Psicodinâmica do Trabalho tem suas raízes em algumas abordagens teórico-metodológicas, entre elas a Psiquiatria, a Psicopatologia do Trabalho, a Psicanálise e a Ergonomia. Suas bases teóricas estão alicerçadas na concepção de sujeito segundo Freud, bem como nas defesas e patologias, no determinismo do contexto



histórico-social e na concepção do trabalho a partir de Marx e Hegel, que conferiria a utilização de uma psiquiatria que estudasse o homem nas condições de vida que lhe são próprias em certo momento histórico, recebendo contribuições também ainda na Sociologia do Trabalho. E ainda, nomes como Karl Jaspers, Henry Ey, Paul Sivadon e Le Guillant compõem também a construção dessa disciplina.

A psicopatologia do trabalho foi desenvolvida por autores, como: L. Le Guillant, C. Veil, P. Sivadon, A. Fernandez-Zoila, J. Bégoïn, em meados dos anos de 1950 a 1960. Os trabalhos publicados seguiam um modelo que se baseava na identificação de síndromes e doenças mentais. Seguia-se um modelo causal, postulava-se que as eventuais mudanças nas situações do trabalho poderiam ocasionar distúrbios psicopatológicos (DEJOURS, 2011a).

O termo Psicopatologia do Trabalho foi utilizado pela primeira vez no artigo publicado 1952 por Paul Sivadon, que defendia uma concepção de unidade da Psicopatologia do Trabalho e conferia-lhe três campos: o trabalho como instrumento de readaptação das doenças mentais, o trabalho patogênico e o trabalho terapêutico (Mollinier, 2013) Para Dejours (2011a), as primeiras pesquisas em Psicopatologia do Trabalho mostraram um conflito fundamental entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico. Ao percorrer esse caminho do desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho à Psicodinâmica do Trabalho, é possível perceber que a relação entre a organização do trabalho e o homem agora é compreendida em seu processo de movimento.

Ao apontar o prazer no trabalho, Dejours (2011a) avançou em relação às ideias de Louis Le Guillant. Este autor posicionava-se no campo da Medicina e da Psiquiatria. A Psicodinâmica do Trabalho se apoia na normalidade como objeto e posiciona-se no campo das ciências sociais. A Psicodinâmica do Trabalho segue da Psiquiatria à Psicologia Clínica, da Medicina às ciências humanas, “é uma concepção baseada em uma aproximação compreensiva” (MOLLINIER, 2013, p 67).

A Psicodinâmica do Trabalho busca a compreensão das questões psicológicas que permitem não apenas suportar situações que se julgaria complicadas e com que os sujeitos participem ativamente da promoção de situações saudáveis. Pois, o sujeito protege-se ou contribui com o seu zelo à promoção, à melhoria do trabalho, ao aperfeiçoamento do poder civilizatório do trabalho, ou ao inverso, ao pior, ao poder de destruição também próprio ao trabalho. A aproximação compreensiva combinada com a referência antropológica freudiana

propõe uma descrição mais complexa do mundo vivido, que implica uma relação entre a ciência e a ação, não mais relevando da expertise e sim do paradigma da pesquisa-ação (MOLLINIER, 2013).

A Psicodinâmica do Trabalho surge visando a análise psicodinâmica dos processos intersubjetivos mobilizados pelas situações de trabalho. Desta forma, transforma o pensamento original estabelecido pela Psicopatologia do Trabalho. A atenção desta nova disciplina estava então “voltada para análise dos processos de luta dos homens e das mulheres para preservarem seu equilíbrio mental – a normalidade – em detrimento dos constrangimentos exercidos pela organização do trabalho” (DEJOURS, 2012b, p. 13).

De acordo com Mollinier (2013), Dejours propõe, após a modificação de nome, que a Psicopatologia do Trabalho passe a integrar um dos pilares da Psicodinâmica do Trabalho. Neste sentido, ele designa a clínica das “estruturações” ou das descompensações individuais observadas em suas relações com o trabalho. Apesar de não haver doença mental diretamente relacionada ao trabalho, não significaria que não poderia existir “descompensações” individuais que mantivessem relação com o trabalho (MOLLINIER, 2013).

O sofrimento é central na Teoria Dejouriana, pois possibilita que o sujeito lute contra forças que o empurram rumo à doença mental. Assim, a organização de trabalho, conceito-base na teoria, exerce um papel importante, pois é nela que tais forças devam ser procuradas. Entende-se, segundo Dejours (1992), por organização de trabalho não só a divisão do trabalho (prescrições), mas também a divisão dos homens para garantir esta divisão de tarefas representada pela hierarquia. Quando a organização do trabalho entra em conflito com os desejos do sujeito, no que tange a uma adaptação com o trabalho, então surge um sofrimento patogênico. Esse processo é dinâmico, então o sujeito cria estratégias de defesa para se proteger.

### **1.2.2 Construções históricas**

A trajetória da Psicodinâmica é marcada por três fases históricas. Segundo Mendes (2007a), a primeira associa-se à publicação de “A loucura do trabalho”, a segunda fase é

marcada pelos estudos das vivências de prazer e sofrimento e a terceira fase a de consolidação da Psicodinâmica como abordagem científica.

Na primeira fase, em meados dos anos 80, estabelecia-se uma crítica ao modelo de produção taylorista, a partir do qual, segundo Moraes (2010), os operários são reduzidos à mão de obra e ignorados enquanto sujeitos dotados de subjetividade, desejos, afetos e intelecto. A Psicodinâmica, nesta época, como dito anteriormente, ainda recebia o nome de Psicopatologia do Trabalho e seus estudos eram voltados à análise do sofrimento do sujeito com a organização do trabalho e as estratégias utilizadas por ele para se defender do sofrimento (MENDES; MORRONE, 2012).

De acordo com Mendes (2007a), na segunda fase, em torno dos anos 90, a Psicodinâmica preocupou-se com as vivências de prazer e sofrimento no trabalho, bem como as estratégias utilizadas pelos trabalhadores para evitar a doença. Para a autora, é neste momento que surgem análises sobre o reconhecimento.

A terceira fase ocorre no final da década de 1990 e vem até os dias atuais. Segundo Mendes e Morrone (2012), os processos de subjetivação e as patologias sociopsíquicas são o cerne dos estudos. Mendes (2007a) destaca que é neste período onde se busca a compreensão dos efeitos sociais do confronto entre organização do trabalho, sofrimento e ação.

Dito isto, Mendes (2007a) define então a Psicodinâmica como uma abordagem científica que analisa a inter-relação entre trabalho e saúde. Sua base conceitual vem da análise da dinâmica própria das situações de trabalho, indicadas pelo desempenho de forças subjetivas, políticas, sociais, manifestadas ou não manifestadas que agem para transformar em saúde ou doença. A autora ressalta que o sofrimento aparece como inerente à condição humana e pode vir a tornar-se um mobilizador para a transformação da realidade.

A Psicodinâmica caracteriza-se pela pesquisa e ação sobre o trabalho. É uma maneira de se analisar criticamente a organização do trabalho por meio da investigação dos processos intersubjetivos. A Organização do Trabalho, com todas as cobranças da pós-modernidade, acaba apenas se preocupando com a acumulação flexível de capital, esquecendo-se do trabalhador e muitas vezes agravando o sofrimento psíquico deles (MENDES, 2007b).

No que concerne à epistemologia da Psicodinâmica do Trabalho, de acordo com Mendes (2007a), entende-se que ela é uma teoria crítica do trabalho. Contempla às relações

entre trabalhadores e realidade de trabalho, possibilita a emancipação do sujeito do trabalho, analisa o trabalho prescrito e o trabalho real, bem como explica o trabalho por meio dos processos subjetivos.

A Psicodinâmica compreende o homem em seus processos de engajamento, de resistência e mesmo de mudança diante da realidade de dominação simbólica, social, política e econômica própria das situações de trabalho. O mundo e o corpo físico desempenham papéis na transformação do sujeito. “Esse jogo de dominação-resistência é um constituinte dos processos de subjetivação e coloca em questão o pensamento e a ação humana no trabalho, elementos que fazem parte da ciência do homem, interesse fundamental da Psicodinâmica do Trabalho” (MENDES, 2007a, p. 33).

De acordo com Dejours (2011a), a psicodinâmica do trabalho é então uma práxis, porém não é apenas uma forma de intervenção no campo, ela permanece como uma disciplina que produz conhecimentos e está preocupada com os processos intersubjetivos.

### **1.2.3 O método dejouriano**

A metodologia proposta por Dejours é a da clínica do trabalho e da ação. Possui as seguintes fases: a pesquisa inicial ou pré-pesquisa, a pesquisa propriamente dita e a validação e refutação. A clínica do trabalho é o lugar da fala e da escuta, onde, primeiramente, se estabelecem os princípios éticos, posteriormente, os trabalhadores são convidados a falar acerca da dimensão subjetiva do trabalho, valorizando-se as experiências afetivas no trabalhar. A clínica possibilita ainda a elaboração e a perlaboração (DEJOURS, 2012b).

A demanda é um conceito importante, pois, de acordo com Dejours (2011b), na prática clínica, deve partir dos sujeitos ou da instituição e, de acordo com Martins (2015), remete ao desejo dos próprios trabalhadores. É importante esclarecer quem demanda e o que se demanda, pois, para a autora, demandas com cunho terapêutico não devem ser acolhidas pelos pesquisadores.

Os clínico-pesquisadores precisam ter autonomia, atuar sempre em dupla e manter interlocução com coletivo de pesquisadores. Para Dejours (2011b), a relação com a Instituição deve ser alicerçada na confiança. Quanto aos participantes, eles devem integrar um coletivo

de trabalho e estarem dispostos a falar sobre questões relacionadas à saúde mental e ao trabalho de forma voluntária. O coletivo de trabalho não é simplesmente definido pela idade, sexo, estatuto profissional, mas por categorias subjetivas, com o auxílio da demanda e de seu conteúdo que se pode defini-lo.

A pesquisa propriamente dita deve ocorrer em um local que remeta ao trabalho, como exemplifica Dejours (2011b): sala da comissão de fábrica, o sindicato, restaurante. Segundo o autor, no decorrer do processo clínico, o que se torna mais importante para ser observado são as percepções, os comentários elaborados pelo coletivo, isto é, o objeto de discussões do grupo e os temas debatidos. Necessita ainda que se estabeleça um contrato, onde se busque o respeito mútuo e o sigilo do conteúdo a ser tratado nas sessões.

O material da pesquisa é o resultado de uma extração obtida a partir do que foi a observação clínica; é um material fundamental para elaboração e a discussão. Trata-se de colocar por escrito o que foi detectado pelos pesquisadores durante o próprio desenrolar das pesquisas. Não é apenas restituir os comentários dos trabalhadores sobre o sofrimento, mas articulá-los à medida que o pesquisador propõe seu comentário (Dejours, 2011b).

A observação clínica oferece a possibilidade de ser discutida entre pesquisadores que não participaram diretamente da pesquisa. As supervisões externas podem contribuir para que seja possível repensar e refutar as informações obtidas no decorrer das sessões. A refutação é uma perspectiva científica. É possível, sobretudo, através de contrapesquisas, produzir outras interpretações (DEJOURS, 2011b).

A fala possibilita pensar sobre o trabalho, constituindo um ponto essencial para a constituição de um coletivo alicerçado na cooperação e engajado nas modificações da organização do trabalho (MENDES, 2007c). Segundo Dejours (2011b), o discurso deve ser compreendido como uma atitude, uma ação, não apenas como uma sequência de palavras.

#### **1.2.4 Trabalho e Trabalhar**

Trabalho “É a atividade manifestada por homens e mulheres para realizar o que ainda não está prescrito pela organização do trabalho” (DEJOURS, 2011a, p. 78). A Sociologia, Economia, Ergonomia, Psicologia, Engenharias apresentam diferentes aspectos por

compreenderem cada uma sobre um ponto de vista o trabalho. Alguns entendem que versa sobre o emprego, outros defendem que é uma atividade produzida socialmente, entre outros.

Dejours (2011a) afirma que o trabalho é, por definição, humano. O trabalho é, para ele, a invenção do original, do novo. Para adequar a organização prescrita do trabalho é imprescindível fazer uso da criatividade e de outras formas de inteligência que englobem a capacidade de criação de coisas novas e a “engenhosidade”, além da disponibilidade de ação.

O trabalho também gera sofrimento através de constrangimentos sociais ou sofrimentos de cadências ou qualidade. Trabalhar, para Dejours (2008), é suportar esse sofrimento, o qual faz parte do trabalho. Assim, os trabalhadores constroem estratégias coletivas e individuais de defesa que englobam o trabalho efetivo.

Trabalhar, na Psicodinâmica, é ainda persistir para encontrar uma solução, é usar da criatividade para lidar com as circunstâncias do trabalho. Assim, nessa conjuntura, a inteligência mobilizada é uma inteligência que cria e inventa. De acordo com Dejours (2008), trabalhar é agir com zelo e fazer uso de ajustes nas prescrições.

O conhecimento efetivado pelo corpo necessita da mobilização do corpo subjetivo e é habitado pela subjetividade. O trabalho é sempre um teste para a subjetividade. Trabalhar não é apenas produzir, mas transformar-se, é, ainda, segundo Dejours (2012b), uma ocasião proporcionada à subjetividade de provar-se a si mesmo e de realizar-se.

O “trabalhar”, conforme Dejours (2008), ocorre com a experiência do trabalho. A característica maior do “trabalhar” é que, mesmo que os procedimentos sejam bem determinados, precisos e que se tenha uma organização do trabalho rigorosa, não é possível obter a qualidade acatando de maneira fiel às prescrições. Para realizar bem o trabalho, por vezes, é necessário fazer arranjos considerados “infrações”, pois, na maioria das vezes, as prescrições têm um aspecto de regras, então aparece um paradoxo. Assim, trabalhar é também assumir riscos, até mesmo o de ser punido.

### 1.2.5 O trabalho: entre o sofrimento e o prazer.

Segundo Dejours (2008), nas situações de trabalho ocorrem eventos inesperados, imprevistos, incidentes que caracterizam a discrepância entre o prescrito e a realidade situacional. É desta maneira que o sujeito que trabalha conhece o real: por meio do fracasso. O real se deixa conhecer por causa da resistência aos procedimentos, à técnica e ao saber-fazer. Ele sempre se mostra ao sujeito afetivamente.

O sofrimento pode ter um destino voltado às patologias por meio das estratégias de defesa, ideologias defensivas, alienação e esgotamento das defesas (adoecimento) ou pode ser subvertido em prazer através das estratégias de enfrentamento, da mobilização subjetiva, da inteligência prática, da cooperação e também do reconhecimento. Além disso, pode estar relacionado à falta de sentido do trabalho; tanto do operário da linha de produção como de uma pessoa que trabalha em escritório, que muitas vezes não conhece o sentido do seu trabalho. Há também a questão do sentimento de inutilidade que está ligado à falta de qualificação e de finalidade do trabalho. Esta desqualificação não se esgota nos índices e nos salários, trata-se mais da imagem de si, que pode ocorrer tanto no trabalho mais complexo quanto naquele que exige responsabilidades (DEJOURS,2011a).

Como caracterizar a vivência de sofrimento? De acordo com Mendes e Morrone (2012):

A vivência de sofrimento, atualmente, é caracterizada pela presença de ao menos um dos seguintes sentimentos: medo, insatisfação, insegurança, estranhamento, desorientação, impotência diante de incertezas, alienação, vulnerabilidade, frustração, inquietação, angústia, depressão, tristeza, agressividade, impotência para promover mudança, desgaste, desestímulo, desânimo, sentimento de impotência, desgaste físico, emocional, desvalorização, culpa, tensão e raiva. (MENDES; MORRONE, 2012, p.29).

A negação do sofrimento é realizada pelos sujeitos em numerosas situações de trabalho. Para lidar com as vivências de sofrimento originadas do trabalho, os trabalhadores constroem estratégias de mediação, individuais ou coletivas, que podem ser estratégias de defesa ou de mobilização subjetiva para o enfrentamento daquilo que faz sofrer (DEJOURS, 2011a; MORAES, 2013).

Os sujeitos, de acordo com Dejours (1992), criam estratégias defensivas para se defender do sofrimento. Sendo assim, as estratégias defensivas são elaboradas, de acordo com Mendes (2007c), quando os trabalhadores não conseguem transformar o sofrimento ou lhe atribuir um sentido. Diferentes tipos de defesa podem surgir e trazem na sua constituição uma ambiguidade que põe de um lado a proteção contra o sofrimento, ao passo em que leva à negação da percepção do mesmo, criando assim um obstáculo para se pensar sobre o trabalho e lutar contra a organização do trabalho, que é agravante de sofrimento.

As estratégias defensivas, por sua vez, consistem em um processo psíquico que visa minimizar a percepção do que gera sofrimento. Elas apenas amenizam o sofrimento, mas não modificam os aspectos presentes na situação de trabalho e ainda corre-se o risco de alienação e desmobilização diante desta situação desfavorável. Geralmente, pouco se fala diretamente sobre o sofrimento, mesmo quando se fala em cansaço, falta de reconhecimento, tristeza e dor física e moral, os trabalhadores encontram formas de justificar tais sentimentos, utilizando, na maioria das vezes, o mecanismo de racionalização, expresso em atitudes e comportamentos como explicações lógicas e brincadeiras. As estratégias defensivas camuflam o sofrimento, pois podem se basear na negação e na racionalização (DEJOURS, 2011a; MORAES, 2013).

Tais estratégias amenizam a angústia causada pela falta de reconhecimento, ou mesmo quando há competição. Por meio delas, o trabalhador elabora processos defensivos (MENDES; ARAÚJO, 2011). Elas funcionam como um recurso utilizado pelos trabalhadores para não entrar em confronto direto com o medo ou com os riscos quando as atividades determinadas pela organização do trabalho intensificam o sofrimento. Recursos que funcionam também como uma defesa, ajudando na adaptação dos riscos. Podem impedir o entendimento desses riscos ou mesmo podem minimizar tal sofrimento. Através da identificação das estratégias defensivas utilizadas pelo trabalhador, ou mesmo pelo grupo, torna-se possível captar a existência do sofrimento (DEJOURS, 2011a).

A Psicodinâmica do Trabalho, de acordo com Mendes (2007a), trouxe a concepção do saudável como um ajuste do sofrimento e das estratégias de defesas para manter a saúde. Diante desta concepção, o trabalho caracteriza-se na construção de prazer-sofrimento.

Desta forma, Mendes afirma que:



A negação representa a resistência em reconhecer a sua própria dor e sofrimento alheio quando a expressão desse afeto é constrangedora. A racionalização representa a minimização da angústia do medo e insegurança, na maioria das vezes negados pelo coletivo de trabalho. (MENDES; ARAÚJO, 2011, p. 111).

Dejours (2011a) ainda traz em seus conceitos questões importantes vinculadas à saúde do trabalhador na relação entre doença e trabalho. A maneira como o sofrimento desencadeia-se, neste sentido, pode estar relacionada ao tipo de organização de trabalho. Modificando-se também de acordo com as normas, regras, regimentos internos de cada organização, bem como, com o clima organizacional que influencia as relações interpessoais que predominam na organização.

Neste cenário de saúde e doença no trabalho, a inteligência pode ser um recurso de subversão do sofrimento em prazer. A inteligência, caracterizada como inventiva e astuciosa, é bem particular: busca a resposta para um problema tendo em vista o desconhecimento de uma solução, é uma inteligência que possibilita o imprevisto, a criatividade na busca de soluções em detrimento do problema (DEJOURS, 2012a).

O trabalho que exige um entendimento do intelecto não necessita apenas de uma cognição, necessita experimentar o sofrimento. Nesse sentido, como experimentar um sofrimento sem um corpo, se o corpo sempre é o primeiro envolvido nessa busca de experimentar o real? A subjetividade é então experimentada por meio de uma corporeidade. Desta forma, tanto a habilidade quanto o virtuosismo e a sensibilidade técnica passam pelo corpo e nele permanecem armazenados. O corpo, em sua totalidade, é tido como o alicerce da inteligência no trabalho, não apenas o cérebro Dejours (2012b).

O desenvolvimento da inteligência perpassa alguns processos para se adaptar aos objetos técnicos, a matéria. Conforme Dejours (2012b), ao passo que o trabalhador vai se adaptando às suas ferramentas de trabalho, acaba descobrindo novas habilidades. Nessa trajetória, ao se deparar com o desenvolvimento de novas habilidades, o trabalhador transforma-se a si mesmo. A habilidade profissional é baseada em um conhecimento corporal. A inteligência no trabalho é norteadada por uma intimidade entre o corpo e o objeto de trabalho. De acordo com Dejours, o conhecimento do trabalho é o conhecimento do corpo mesmo que não seja possível vê-lo, nem tampouco transmiti-lo (DEJOURS, 2008).

Os gregos possuíam um entendimento acerca da inteligência do corpo e a nomeavam de *métis*, uma inteligência astuta, hábil. Conforme Dejours (2012b), o trabalho não se restringe ao tempo no local de trabalho propriamente dito. Para ele, o trabalho vai além desse tempo e mobiliza a personalidade do trabalhador. O zelo apresenta-se então como uma das particularidades da inteligência no trabalho e pode ser apreciado como o seu mobilizador.

A inteligência astuciosa é inédita ao conhecimento acadêmico, está no campo do zelo no trabalho. É uma inteligência habilidosa, que admite as improvisações e a criatividade. Os gregos, conforme Dejours (2012a), falavam que esta inteligência não utilizava um caminho claro do raciocínio lógico. A *métis* era então em sua essência uma inteligência do corpo.

A inteligência da prática é obtida mediante um esforço que mobiliza a subjetividade; ao mensurar o trabalho com objetividade, se pode medir os resultados do trabalho, mas nunca o trabalho em si. O profissional que conhece a fundo a tarefa da qual foi encarregado pode compreender as implicações de seu trabalho diante do conjunto de tarefas realizadas por uma determinada Organização (DEJOURS, 2012a). A compreensão da dimensão subjetiva do trabalho parte da escuta dos elementos da Organização de Trabalho, que Moraes (2010) situa como a base para que se consolidem os processos de trabalho, trazendo as informações que conduzem à compreensão do prazer-sofrimento, das estratégias de enfrentamento, da saúde e do adoecimento.

O prazer é vivenciado, desta forma, quando existe a cooperação, o reconhecimento, a mobilização subjetiva. A cooperação ocorre quando todos os envolvidos colaboram, por haver um ambiente de confiança. O reconhecimento se dá em dois sentidos: dos pares e dos superiores. Já o sofrimento resulta: da divisão do trabalho, do conteúdo da tarefa, do sistema hierárquico e das relações de poder (DEJOURS, 2011a).

O sofrimento pode mobilizar o sujeito no mundo e no trabalho em busca das condições de saúde. Nem o sofrimento, nem as estratégias de defesas individuais e coletivas podem ser considerados apenas como patológicas, mas se mostram como um caminho que pode proteger da doença. Outra via é a utilização da mobilização subjetiva para tentar modificar a Organização do trabalho, o que pode contribuir para a existência de saúde quando o trabalhador consegue subverter o sofrimento (MENDES, 2007a).

Essa mobilização subjetiva é distinguida pelo modo de agir coletivo dos trabalhadores. Tem o objetivo de transformar o contexto de produção a partir da mobilização coletiva que

busca promover o predomínio de vivências de prazer por meio da criação de um espaço público de discussão, construído e baseado na cooperação e na confiança mútua dos trabalhadores no ambiente de trabalho (DEJOURS, 2011a).

Dejours (2011a) sustenta a teoria de que a mobilização subjetiva frente aos desafios da organização do trabalho presume empenho da inteligência para enfrentar as dificuldades impostas pela organização do trabalho. Entretanto, essa mobilização subjetiva está sujeita às relações de contribuição e retribuição. O sujeito espera ser retribuído, às vezes, espera apenas não ser considerado um mero executante da tarefa. A Psicodinâmica do Trabalho defende que essa retribuição é basicamente de natureza simbólica.

No entendimento da Psicodinâmica do Trabalho, que valoriza a perspectiva clínica, em que o trabalho vai além da relação empregatícia ou salarial, passa a existir o trabalhar, uma forma de implicação da personalidade para enfrentar e realizar uma tarefa que pode gerar sofrimento ao trabalhador. Outra particularidade do trabalhar, que pode ser percebida pelo clínico, é de que dificilmente se alcança a qualidade respeitando-se às prescrições. Ou seja, mesmo sendo o trabalho bem determinado, descrito e elaborado, mesmo se a organização do trabalho for rígida quanto aos procedimentos a serem executados, ainda assim, não será possível chegar a tal qualidade. Sabe-se que as circunstâncias de trabalho e os episódios inesperados são bastante comuns, então os imprevistos são inevitáveis (DEJOURS, 2011a).

Neste sentido, não existe trabalho genuinamente de execução. Sempre existirá uma lacuna entre o prescrito e o real do trabalho. “Esta lacuna entre o prescrito e o efetivo é encontrada em vários níveis de análise entre a organização formal e informal do trabalho” (DEJOURS, 2012b, p. 24).

Trabalhar, como abordado anteriormente, é consoante às ideias de Dejours (2012b) preencher esta lacuna entre o prescrito e o efetivo. Trata-se de um caminho a ser descoberto pelo trabalhador, tendo em vista que não é possível prever como se deve atuar para vencê-la. Deste modo, o trabalho, para o clínico, é entendido como o que o sujeito adiciona às prescrições para assim conseguir chegar aos objetivos de uma determinada tarefa que foi encarregado de realizar. É na tentativa de preencher a distância entre o prescrito e o real que os trabalhadores constroem um saber prático na realização de sua atividade.

Para Mendes e Araújo (2011), a mobilização subjetiva compreende esferas afetiva, cognitiva e física. A mobilização subjetiva mostra-se como um processo individual apoiado

pelo coletivo, de modo que o trabalhador investe em uma mobilização, intervindo nas regras do coletivo, para adaptar as suas condições e objetivos ao do coletivo de trabalho. Investir nessa mobilização gera sofrimento, uma vez que a organização do trabalho nem sempre permite esse engajamento.

A mobilização subjetiva está presente nos trabalhadores que possuem boas condições de saúde, sendo espontânea, ou seja, quando confrontados pela organização do trabalho, os trabalhadores não podem evitar mobilizar-se, todavia, mesmo sendo espontânea, é frágil. Sua sustentação depende da dinâmica da contribuição e da retribuição (DEJOURS, 2012b; MORAES, 2015). A ausência dessa retribuição pode desmobilizar o sujeito e acarretar danos à sua saúde mental. Nessa perspectiva, a fim de que o trabalho seja fonte de saúde, mostra-se de extrema importância o reconhecimento no trabalho pela atividade que o trabalhador exerce e pelo investimento ofertado por ele na realização de suas atividades (MENDES, 2007a).

Dejours (2005) assinala dois tipos de julgamentos abordados na Psicodinâmica do Trabalho: o de utilidade e o de beleza. O primeiro é voltado à utilidade técnica, social ou econômica da atividade singular do ego, confere ao técnico sua inserção no campo do trabalho. Nele, o chefe, o organizador ou mesmo os subordinados ao sujeito têm prerrogativas. Nesse registro, emitem o julgamento aqueles que ocupam uma posição hierárquica vertical. O segundo está relacionado ao pertencimento a um coletivo de trabalho ou a uma comunidade. Nele, a originalidade, o estilo de trabalho, possibilita ao ego o reconhecimento de sua identidade, são julgadas pelos pares, de forma horizontal (DEJOURS, 2005). Os dois tipos relacionados à atividade, ao fazer e não ao ser (ego). Para Dejours, o que se julga não é a pessoa, mas sim seu trabalho. Deste modo, o julgamento do trabalho pode funcionar então como reconhecimento pelo outro, reconhecimento da qualidade do seu trabalho e de sua contribuição (DEJOURS, 2005).

O reconhecimento do trabalho pode auxiliar o sujeito na construção de sua identidade, ligado a isso pode ajudar no âmbito afetivo, trazendo sentimentos de alívio e prazer. Então, para Dejours (2007a), o trabalho se inscreve na dinâmica da realização do ego. Importante dizer ainda que o reconhecimento mostra-se decisivo na dinâmica da mobilização subjetiva de inteligência e da personalidade no trabalho. Quando o trabalho é reconhecido, juntamente a essa circunstância, os esforços, angústias entre outras coisas adquirem sentido. Dessa maneira, “O reconhecimento pode transformar o sofrimento em prazer. O reconhecimento a imprimir ao trabalho o seu sentido subjetivo” (DEJOURS, 2012b, p.40).

Além do reconhecimento, que talvez seja a mais importante esfera para a transformação do sofrimento, outros elementos também se destacam, dentre eles a cooperação aparece como a vontade das pessoas trabalharem juntas e de ir além coletivamente das incongruências da organização do trabalho (DEJOURS, 2011a). Então:

Do ponto de vista do engajamento da subjetividade no trabalhar, a cooperação supõe, em certa medida, uma limitação consentida (ou imposta?) à experiência da inteligência e à expansão da vida singular na atividade. Trazer sua contribuição e seu consentimento aos acordos normativos em um coletivo implica frequentemente a renunciar à parte do potencial subjetivo individual, em prol do viver junto e da cooperação (DEJOURS, 2012b, p.39).

Como defende Dejours (2011a), a cooperação demanda relações de confiança entre os sujeitos que compõem a Organização de trabalho, sejam eles companheiros de trabalho ou chefes. Tais relações apreciam a construção de ajustes das normas estabelecidas para se executar o trabalho. De outro modo, ao não se estabelecer laços de confiança, surgirão dificuldades na promoção dessas relações no trabalho. A cooperação é um dispositivo de estruturação mútua, solidariedade e harmonia entre os indivíduos. Ela pode ser determinada pela compatibilidade entre colegas, subordinados, chefes. Sugere também uma liberdade a nível individual de agir ou trabalhar em nível coletivo (DEJOURS, 2012b).

### **1.3 O sentido do trabalho**

A retribuição simbólica conferida pelo reconhecimento, descrito por Dejours (2012b), é decorrente da criação de sentido que ela possibilita ao trabalhador. Conforme o autor, a construção do sentido no trabalho, por meio do reconhecimento, proporcionando ao sujeito realizar-se construindo sua identidade no campo social, pode subverter o sofrimento em prazer.

Mostra-se importante destacar a diferença entre significado e sentido. Significado, para Bendassolli e Guedes Gondim (2014), está relacionado à construção histórica e social, conteúdos socialmente partilhados, mostram-se mais estáveis quando comparados ao sentido.

O Sentido é particular, todavia constituído nas relações sociais, diz respeito àquilo que ainda não foi alcançado, porém mobiliza o sujeito, está muito atrelado aos processos afetivos. O sentido não está escrito em algum lugar, pode ser construído por meio do esforço do sujeito em juntar diversos elementos que compõem a vida. “Entende-se o sentido como uma dinâmica vital na qual o sujeito se recoloca” (BARUS-MICHEL, 2003, p.14). Desta forma, o sujeito é a base do sentido.

De acordo com Barus-Michel (2012), a partir do consumo, da competição, da precariedade e da insegurança instauradas na sociedade atual, surge o individualismo como expoente, colocando-se acima do coletivo. Assim, o sujeito torna-se cada vez mais individualista e guarda para si mesmo sua história. Entende-se aqui o sujeito como aquele que se constrói na tentativa de dar um sentido as suas experiências e a sua própria história.

O ser humano é dotado desta capacidade extraordinária de construir sentido, de imaginar, de se abstrair da realidade, de representá-la, de inventar formas e de transmiti-las. Ele recupera a realidade nas dimensões do imaginário e do simbólico: a linguagem, a representação, o pensamento, a invenção de uma nova realidade (BARUS-MICHEL, 2012, p.102).

O sentido depende exclusivamente do sujeito que necessita estar consciente de que, sem este sentido, ele não se movimentaria no mundo e tal sentido está ligado ao seu corpo físico. O sujeito vivencia confrontos, entre eles angústias, momentos de felicidade e momentos de sofrimento, “vivem num mundo de representações que eles forjam utilizando a memória de suas experiências passadas para transformar e submeter a realidade presente e construir um futuro que eles gostariam” (BARUS-MICHEL, 2012, p.102). A cada etapa dessa construção, seja na lembrança, no ato de transformação da realidade e no projeto, o imaginário mostra-se presente.

Os seres humanos criam sentido à realidade, podendo transformá-la. Eles, em conjunto, possuem a necessidade de construir um sentido que seja coletivo para poderem se entender individualmente, criando assim uma representação de suas vidas. Nesse processo de construção de sentido às experiências, aparecem as religiões, as ideologias, bem como os costumes e normas como colaboradoras. “O sentido, não é somente concatenar as ideias para dar forma e expressão a seus objetos de desejo (falá-los e falar sobre, falar sua vida, dizê-la),

transmitir as suas memórias, suas intenções, suas experiências, mas também os acontecimentos, ao invés de submetê-los” (BARUS-MICHEL, 2012, p. 104).

No que concerne ao sentido no trabalho, Oliveira et al. (2004 apud TOLFO e PICCININI, 2007) identificaram três dimensões: a individual, a organizacional e a social. Na primeira dimensão, a individual, trabalho que faz sentido pode ser identificado com os valores morais do sujeito, alicerçado na valorização, crescimento e desenvolvimento pessoal. Na dimensão organizacional, o sentido aparece relacionado à capacidade de o trabalhador desenvolver sua autonomia, seu senso criativo e o possibilita pensar. Na dimensão social, para que o trabalho faça sentido, ele deve ser capaz de contribuir e ser útil para a sociedade, comparando-se com o aspecto de utilidade abordado na dimensão organizacional.

A compreensão dos sentidos construídos pelos sujeitos necessita ponderar as relações com os significados produzidos na coletividade, considerando que se estabelece uma relação dialética. Desta mesma maneira, funcionam, para a autora, os processos identitários e de elaboração de sentido pelos sujeitos no trabalho. O sujeito “busca reconfigurar os processos identitários, advindos de suas experiências laborais, de modo a articular alguma continuidade na mudança” (COUTINHO,2009,p.195).

## CAPÍTULO 2

### 2. PERCURSO METODOLÓGICO

O percurso metodológico está dividido em tópicos referentes à descrição teórico-metodológica utilizada na pesquisa; definição dos locais onde a pesquisa foi realizada, caracterização dos participantes, delimitação dos critérios de inclusão e exclusão dos técnicos de nível superior, o instrumento utilizado para a coleta de dados, explicitação da técnica para análise dos resultados, as entrevistas e dificuldades encontradas no campo.

#### 2.1 A pesquisa

A presente pesquisa ancora-se na abordagem qualitativa, e, dentre as diversas posições teórico-metodológicas baseadas nesta abordagem, fundamenta-se na Psicodinâmica do Trabalho. Conforme Denzin e Lincoln (2006), a abordagem de pesquisa qualitativa mostra-se como conjunto de práticas interpretativas, um local de discussão que pode ser utilizada em disciplinas separadas.

O método proposto na teoria dejouriana é a clínica do trabalho, a qual é, para Dejours (2011a), o principal recurso que permite aumentar a racionalidade da subjetividade na ação. Tem como objetivo escutar as pistas para transformar a organização do trabalho. Seu foco, desta forma, são os processos intersubjetivos e as ações utilizadas pelos trabalhadores para confrontar a organização de trabalho, cujo confronto com a subjetividade mobiliza os processos psicodinâmicos implicados no trabalhar.

Devido ao quantitativo pequeno de técnicos nos centros socioeducativos da pesquisa, bem como a impossibilidade de reuni-los em sessões coletivas impossibilitou a realização da clínica do trabalho dejouriana. Em função desse contexto, optou-se pela realização de entrevista individual semiestruturada.



De acordo com Mendes (2007b), a Psicodinâmica privilegia o método da clínica do trabalho. No entanto, a entrevista surge como fonte de dados; conseqüentemente, as entrevistas utilizadas nas pesquisas em Psicodinâmica possuem a escuta como ponto fundamental para se ordenar o raciocínio. A entrevista propriamente dita é um processo onde os vínculos são estabelecidos, pois quando o sujeito fala, o entrevistador escuta e procura compreender os conteúdos psicológicos que surgem no discurso. Sem essa escuta, não há como explorar as informações que surgem na fala.

Mendes (2007b) ainda explicita sobre a finalidade da entrevista em Psicodinâmica do Trabalho, podemos elencar algumas: a compreensão dos sentimentos, crenças, atitudes, valores e motivação, busca entender o objeto de pesquisa a partir do olhar dos entrevistados, procura compreender a perspectiva de cada um deles, ter clareza sobre a história dos entrevistados, visa validar dados quantitativos para aprimorar a interpretação realizada e ainda analisa o significado social para o grupo que se propõe pesquisar.

## **2.2 Local da pesquisa**

Foram três centros socioeducativos localizados na cidade de Manaus, sendo um centro socioeducativo que atendia adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida de internação, uma unidade que atendia adolescentes do sexo masculino em semiliberdade e uma unidade de atendimento socioeducativo para adolescentes do sexo feminino em cumprimento de medida de internação ou semiliberdade.

## **2.3 Participantes**

Foram realizadas entrevistas individuais semiestruturadas com sete profissionais que desempenham atividade técnica de nível superior nas instituições acima indicadas, tais como: psicólogos, assistentes sociais e pedagogos, responsáveis pelo atendimento dos adolescentes em medida de internação ou semiliberdade. A Instituição autorizou a realização da pesquisa e os técnicos aderiram de modo voluntário à sua realização. Em todas as entrevistas foram estabelecidos, inicialmente, os princípios éticos, tais como o sigilo, a confiança e o respeito.

Como forma de respeitar os critérios de sigilo e não revelar a identidade dos participantes foram utilizados nomes fictícios para cada profissional entrevistado. Portanto, foram escolhidas letras do alfabeto grego para situar ao lugar de onde falam, preservando em sigilo as participantes, que eram todas do sexo feminino: Delta, Kappa, Beta, Gamma, Omega, Alpha e Zeta.

Caracterizando as participantes, podemos citar que: Alpha era psicóloga de uma instituição de semiliberdade masculina e desempenhava suas atividades há onze anos e oito meses no sistema socioeducativo. Kappa era pedagoga de uma instituição de internação masculina e atuava no sistema há nove anos. Omega era assistente social de uma unidade de internação de medidas socioeducativas de semiliberdade feminina e atuava há seis anos nas medidas socioeducativas. Zeta era assistente social de uma unidade de semiliberdade masculina e atuava há quatro anos no sistema socioeducativo. Delta era assistente social e atuava no sistema socioeducativo há dois anos. Gamma era psicóloga e atuava no sistema socioeducativo há dois anos. E Beta era assistente social e atuava há três meses no sistema socioeducativo. Todas relataram ter tido experiências em outras unidades, pois a política da gestão é que o profissional circule por outros centros socioeducativos após um determinado tempo como uma medida de segurança para o próprio profissional ou mesmo por defasagem de profissional em alguma das unidades.

#### **2.4 Critérios de inclusão/exclusão**

Foram incluídos, nesta pesquisa, os técnicos de nível superior (Psicólogo, Assistente Social e Pedagogo) que atuam no sistema socioeducativo em uma das instituições voltadas aos adolescentes em internação ou semiliberdade; de ambos os sexos. Foram excluídos os que não aceitaram participar da pesquisa e que estavam de férias ou de licença. O caráter para participação foi voluntário. Houve a apresentação da proposta do projeto antes da realização das entrevistas efetivamente, bem como em todas as entrevistas foram assinados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE; desta forma, os respaldos éticos foram respeitados. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas CEP/UFAM com CAAE nº 49472815.5.0000.5020.

## **2.5 Instrumento**

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista individual semiestruturada. De acordo com Mendes (2007c), a entrevista é um procedimento onde os vínculos são instituídos, sejam eles simbólicos, afetivos ou sociais. Quando o entrevistado fala, o pesquisador, por meio da escuta, implica-se com a fala do entrevistado, tendo como finalidade entender os conteúdos latentes ou aqueles que não se revelam nas falas.

Mendes (2007c) defende a entrevista aplicada ao objeto de estudo da Psicodinâmica do Trabalho como um método para coletar dados, centrado na relação pesquisadores, na fala e na escuta dos conteúdos que abarcam a organização do trabalho, as vivências de prazer-sofrimento, os processos de subjetivação, de saúde e adoecimento. A autora ressalta também a importância de que as entrevistas, individuais ou coletivas, sigam um roteiro temático embasado no referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho.

## **2.6 Análise dos Dados: Dejours e a Teoria Fundamentada em Dados.**

A proposta de análise dos dados surge, como dito anteriormente, de Moraes (2010), a partir da articulação da teoria dejouriana com a sistemática da Análise de dados da Teoria Fundamentada/ Grounded Theory. Foram descritas algumas etapas, tais como: marco teórico, escuta, transcrição das entrevistas, seleção das falas, comparação, estrutura inicial das categorias, integração inicial das categorias, saturação das categorias, refinamento e integração de tais categorias para que se possa identificar o eixo central e, por fim, a integração entre teoria e empiria, além das supervisões possibilitadas pelo grupo de pesquisadores do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da Universidade Federal do Amazonas – LAPSIC.

## **2.7 A realização das entrevistas:**

As entrevistas foram semiestruturadas, pois seguiram um roteiro prévio que buscava conhecer a história da inserção profissional de cada técnico entrevistado, o trabalho

desempenhado no cotidiano, quais as principais dificuldades para realizar o seu trabalho, como cada profissional lidava com tais problemas, como se dava a relação com os colegas e superiores, se se sentiam reconhecidos, como era para cada um trabalhar com adolescentes em conflito com a lei, como eles entendiam a ressocialização e se acreditavam nessa perspectiva e ainda qual seria o papel de cada um destes profissionais na reintegração social dos adolescentes. Todas as entrevistas foram realizadas no local e horário de trabalho do entrevistando com duração mínima de uma hora cada.

De acordo com Mendes (2007b), as entrevistas necessitam considerar a linguagem do participante e devem utilizar técnicas para que os conteúdos referentes ao trabalho sejam manifestados. Para a autora, é importante que as entrevistas, individuais ou coletivas, sigam um roteiro, sendo assim, o entrevistador precisa fazer uso de perguntas abertas que possibilite o trabalhador falar de forma livre.

## **2.8 As Dificuldades: Diferenças Institucionais e o “Silêncio” dos Participantes.**

Inicialmente, quando esta pesquisa foi planejada, estavam previstas a realização de entrevistas em quatro centros socioeducativos, seriam eles: dois centros de internação masculina, um centro de semiliberdade masculina e um centro que atende tanto a internação quanto a semiliberdade feminina. Então, se buscou a autorização da Secretaria de Estado da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC – para ter acesso às respectivas unidades. A partir da autorização fornecida pela Secretaria, entrou-se em contato com todos os centros os quais a pesquisa pretendia abranger.

Entretanto, no primeiro centro de internação masculina procurado pela pesquisadora, não foi possível realizar as entrevistas. Primeiramente, foram efetuadas algumas tentativas de contato com os profissionais deste centro, porém não se obteve êxito. Em seguida, em última tentativa de contato com os profissionais, agendou-se a data para realização de entrevista com uma assistente social. Neste mesmo dia, a proposta da pesquisa foi explicada para a psicóloga da instituição, todavia a mesma não aderiu à pesquisa alegando que falar de sofrimento no trabalho era um perigo.

Ao retornar na data prevista, nesse centro socioeducativo, para entrevistar a Assistente Social, a mesma havia sido transferida para outra unidade de internação e outra profissional ocupava o posto, sendo assim a entrevista não ocorreu. A proposta da pesquisa foi apresentada para esta nova profissional da instituição que se mostrou receptiva e concordou em participar da pesquisa, não obstante seria necessário agendar outro dia para concretizá-la. Na data marcada, mais uma vez a entrevista não aconteceu, pois nesse mesmo dia ocorreu seu desligamento do sistema socioeducativo. Nesta instituição não houve comunicação com a direção e os documentos normativos, como o Regimento Interno e o Plano Político-Pedagógico desta unidade, apenas foram fornecidos após determinação da Gerência de Atendimento Socioeducativo.

Na outra unidade de internação masculina, embora tenham sido realizadas as entrevistas, alguns entraves ocorreram em um primeiro contato com as profissionais. Nesse encontro foram explicados os objetivos da pesquisa e foi também falado sobre a participação voluntária. As participantes desta instituição não consentiram com a gravação do áudio das entrevistas. Criou-se, então, uma polêmica acerca desse assunto, pois uma das participantes que não gostaria de ter sua entrevista gravada influenciou as outras colegas a também não permitirem, então de comum acordo não autorizaram as gravações. Diante desse impasse, as entrevistas continuaram sendo realizadas pela pesquisadora com auxílio de uma estagiária do curso de Psicologia da UFAM, cujo objetivo era auxiliar nas anotações de falas e percepções, bem como nas observações.

O clima nessa instituição de internação, ao olhar da pesquisadora, se mostrou de não receptividade. Foi possível perceber, por meio das entrevistas, os bloqueios das profissionais ao falar sobre o seu trabalho, sobre as dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho e pouco foi falado sobre a existência de cooperação e reconhecimento entre os pares. Nesta instituição, duas participantes foram contratadas através de processo seletivo público e as outras duas indicadas para ocupar os seus respectivos cargos. Outro fator que pode ter colaborado para o impedimento das entrevistadas em falar sobre o seu trabalho, fazendo com que aparecesse pouco de suas experiências subjetivas, foi o pouco tempo de atuação especificamente no contexto de medidas socioeducativas, pois apenas a pedagoga da instituição atuava há nove anos no sistema, as outras não passavam de dois anos de atuação, apesar de terem tido outras experiências profissionais em serviços de assistência social. Foram realizadas quatro entrevistas nesta unidade, com uma psicóloga, duas assistentes sociais e uma

pedagoga. Seu Regimento Interno e o Plano Político-Pedagógico foram disponibilizados eletronicamente.

Na unidade de internação e semiliberdade feminina o contato inicial ocorreu com a direção do centro socioeducativo, até então o local possuía uma assistente social e uma psicóloga que compunham o corpo técnico da instituição e uma pedagoga de outra unidade atendia as demandas deste centro alguns dias na semana. A entrevista nesse local ocorreu apenas com a assistente social, tendo em vista que a psicóloga fora remanejada para outra unidade socioeducativa naquele momento em que a coleta de dados estava ocorrendo. Foram disponibilizados, para a pesquisadora, os documentos, como o Regimento Interno e o Plano Político-Pedagógico por meio eletrônico.

Terminadas as entrevistas nos centros socioeducativos, citados anteriormente, buscou-se a semiliberdade masculina, onde o primeiro contato foi realizado com a psicóloga da instituição, pois o diretor e a assistente social encontravam-se em uma reunião externa. Foi explicada a pesquisa e seus critérios de participação, sendo agendado um retorno para a ocorrência da entrevista. Com o retorno à instituição, a direção recebeu a pesquisadora para maiores esclarecimentos acerca da pesquisa, nesse mesmo encontro foi disponibilizado o Regimento Interno e o Plano Político-Pedagógico da instituição por via impressa. Neste mesmo dia, foram realizadas as entrevistas com a psicóloga e a assistente social, sendo autorizada, por ambas, sua gravação.

Dito isto, cabe ainda ressaltar que a pesquisa tinha como objetivo geral compreender a organização do trabalho dos técnicos de nível superior de centros socioeducativos na cidade de Manaus, seu desdobramento sobre as vivências de sofrimento e prazer, bem como o sentido que cada um dos técnicos daria ao seu trabalho. Entretanto, tornou-se difícil caracterizar a Organização real do trabalho, concretizando-se com maior facilidade a caracterização do trabalho prescrito. A identificação das estratégias defensivas e dos agravantes de sofrimento ocorreu por meio das falas das participantes, quando não se ouvia uma, o silêncio pôde ser interpretado. Os mobilizadores de prazer aparecem em poucos discursos, de maneira diferente, porém em uma mesma unidade. As estratégias de enfrentamento aparecem relacionadas à execução das prescrições, bem como o sentido que cada técnica dava ao seu fazer apareceu com conotações diversificadas.

Algumas falas remetem à falta de sentido, à dificuldade de elaboração acerca de atividades que se espera que realizem ou mesmo não expressam reflexão sobre as consequências sociais do seu fazer cotidiano ou mesmo o impacto do seu trabalho na vida e na subjetividade dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Buscava-se compreender o que cada uma dessas técnicas dava de si para tornar o trabalho prazeroso, rico de sentido, o que as mobilizavam para trabalhar com adolescentes em conflito com a lei, se buscavam engajar-se para as transformações sociais, quais seriam os seus compromissos sociais, o que cada profissão a partir de suas especificidades no que tange o aporte teórico-metodológico de cada uma delas poderia contribuir na vida de cada adolescente, na vida de seus familiares e na sociedade.

Procurava-se *a priori* compreender qual a contribuição desses profissionais para tornar o sistema socioeducativo eficiente, pois se entende que cada um tem o seu papel dentro de uma macroestrutura. Estes profissionais estão imersos em um sistema que envolve outros setores da sociedade, sejam eles o Ministério Público, a Vara de Infância e Juventude Criminal, Defensoria Pública entre outros que estão articulados em prol da efetivação das medidas socioeducativas.

## **CAPÍTULO 3**

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste capítulo, optou-se por apresentar as categorias de análise propostas nos objetivos da pesquisa, que foram: a organização do trabalho prescrita e real, as estratégias defensivas, as estratégias de enfrentamento, o reconhecimento, a mobilização subjetiva e o sentido do trabalho; relacionando sempre ao que foi encontrado nas instituições socioeducativas. Embora nem todas as categorias tenham sido identificadas por meio da fala literal dos participantes, lançou-se mão de interpretações acerca do fenômeno observado pela pesquisadora apoiadas no referencial teórico proposto pelo estudo. Os tópicos que serão discutidos neste capítulo serão: A Organização do Trabalho; Estratégias defensivas; Estratégias de enfrentamento; Cooperação e Reconhecimento, O Sentido no trabalho; Singularidades percebidas nas unidades socioeducativas em relação ao sentido do trabalho; A formação e o papel da equipe técnica no sistema socioeducativo.

#### **3.1 A Organização do Trabalho**

Entende-se a Organização do Trabalho, não só como a divisão de tarefas entre os trabalhadores e a divisão de responsabilidades, mas também de hierarquia. Ela atua ao nível do funcionamento psíquico. A divisão das tarefas e o modo de operacionalizá-las estimula a criação de sentido para o sujeito, ao passo que a divisão de responsabilidades mobiliza a afetividade (DEJOURS, 2009).

Segundo Martins (2015), a organização do trabalho é compreendida através de duas dimensões: a divisão do trabalho e a divisão dos homens. Na divisão do trabalho estão as prescrições das tarefas e o modo de operacionalizá-las. Na divisão dos homens está a forma na qual as tarefas são distribuídas entre os trabalhadores. É nesta divisão que se localizam as relações de poder.



De acordo com Dejours (2011a), é possível definir a Organização do Trabalho prescrita e a Organização do Trabalho real. A primeira está relacionada àquilo que antecede a execução da tarefa; são as leis, as regulamentações, as regras que foram estabelecidas e não podem ser alteradas. A segunda pressupõe o distanciamento das prescrições; são situações de trabalho desconhecidas que remetem a dificuldades concretas.

A organização prescrita, de acordo com Martins (2015), aponta a derrota das prescrições frente às transformações da realidade, mostrando que não há como prever o que ainda não aconteceu. Os imprevistos nesse sentido muitas vezes não podem ser calculados pelo saber-fazer técnico e científico.

Na tentativa de caracterizar a Organização prescrita e real, foi perguntado a todas as participantes como poderiam descrever o seu trabalho cotidiano. Sendo assim, foi possível identificar a Organização do Trabalho prescrita como a categoria de análise de maior expressão no discurso das técnicas. As sete entrevistadas, descreveram de maneira clara as atribuições de seus respectivos cargos.

Conforme as quatro assistentes sociais entrevistadas, suas atividades englobavam a elaboração do relatório avaliativo, onde descrevem questões voltadas às relações sociais e socioeconômicas do adolescente. Este relatório é composto do parecer técnico que avalia o comportamento na unidade e se a família está acompanhando o adolescente no cumprimento da medida; nele é sugerida uma medida a ser aplicada pelo juiz. Há a visita externa ao juizado, bem como o atendimento individual que busca analisar o comportamento do adolescente. Deve-se verificar a participação do adolescente na escola, sua rotina, cumprimento de normas e regras institucionais. As assistentes sociais participam da integração familiar, que visa colocar para a família sua importância nesse processo. As entrevistadas realizam visitas domiciliares, que tem o intuito de verificar o contexto socioeconômico (se a casa é de alvenaria, conhecer o local que o adolescente residia, quantas pessoas moram na casa, quantos trabalham e se há alguém desempregado). Estas profissionais acompanham as visitas aos finais de semana e visitam também os alojamentos.

Ao setor da Pedagogia, de acordo com a entrevistada, cabe construir o relatório avaliativo e o relatório pedagógico. Também realiza visita domiciliar, acompanhamento do adolescente no juizado quando necessário, atendimentos com o adolescente (escuta), participa das visitas em alojamentos, faz o acompanhamento pedagógico e providencia a documentação do adolescente para matrícula na escola.

Ao setor da Psicologia, nas unidades tanto de internação quanto de semiliberdade, compete à realização e atendimento psicológico onde se busca compreender a história de vida do adolescente, a dinâmica familiar, as relações interpessoais sobre o comportamento, relações deste adolescente com as drogas, implicação com o ato infracional, reconhecimento da responsabilidade, dentre outros, histórias de violência interna, doméstica e externa e a afetividade. As psicólogas também realizam visitas domiciliares e aos alojamentos, bem como preenchem prontuários.

Todos os dias desce uma de nós [...] a gente vai na cela de cada um deles, de repente tem uma queixa psíquica e a gente anota tudo (GAMMA, Psicóloga).

A organização do trabalho prescrito muitas vezes não possibilita que a subjetividade se construa, tende a ser rígida e diminui a mobilização dos sujeitos, o que pode levá-los a perpetuar uma alienação. O trabalho, para a psicodinâmica do trabalho, pode ser entendido como aquilo que o sujeito deve incluir, além das prescrições, para que possa chegar aos objetivos impostos pela Organização do Trabalho ou aquilo que o trabalhador coloca de si para enfrentar o que não seria possível realizar apenas com a prescrição (DEJOURS, 2007b; 2012a).

De acordo com Dejours (2007b), o real é o que vai além do conhecimento prescrito, ele coloca à prova o saber-fazer. Para o autor, ao realizar as tarefas seguindo minuciosamente as normas e procedimentos até então formulados, o trabalhador irá se deparar com um trabalho com bastante zelo. Este zelo revela-se como algo que os trabalhadores somam à prescrição, de forma individual ou coletiva, para que de fato ela seja efetiva.

Motim que ocorreu nesse mês, durou cerca de uma hora. Me senti assustada, com medo, porém permaneci na quadra tentando acalmar os adolescentes junto com a pedagoga, então naquele momento eu me vi como uma profissional capacitada (DELTA, Assistente Social).

A última fala remete ao real do trabalho. Compreende-se aqui que o motim ou rebelião estão previstos nas normas de segurança, ou seja, são situações passíveis de acontecer em instituições que lidam com infratores. Ainda nesse sentido, existem cursos de capacitação que

tratam desse assunto, todavia as prescrições não dão conta de ilustrar o que pode vir acontecer com essa experiência.

Se os trabalhadores, em sua maioria, realizassem suas tarefas seguindo rigidamente as normas, não haveria resultados. O trabalho só se torna produtivo quando os trabalhadores recorrem ao engajamento de suas inteligências. Contudo, Dejours (2007b) salienta que fazer uso da inteligência requer acrescentar algo a mais nos regulamentos, então, sendo assim, se cometem infrações.

O agir a partir da mobilização da inteligência no trabalho, inovando, transgredindo as regras, constitui o que denomina de zelo no trabalho. O zelo é indispensável para o êxito da organização de trabalho (DEJOURS, 2007b).

Segundo Dejours (2012a), o real é revelado por sua negativa, por meio do fracasso ou mesmo de uma experiência dolorosa; ele revela-se para o sujeito de maneira afetiva. A lacuna entre o prescrito e o efetivo, para o autor, não é preenchida de maneira absoluta, pois aparecem as dificuldades e os imprevistos. É possível notar essa lacuna presente ao se apreciar em todos os níveis a tarefa e atividade, ou organização formal e organização informal.

A organização do trabalho real se define como um compromisso, que não pode ser alcançado quando sustentado simplesmente por argumentos técnicos, pois quando há um trabalho de interpretações, há a pluralidade de interpretações realizadas pelos indivíduos. Consoante Dejours (2011), a construção de um compromisso perpassa por um jogo social, sendo assim a Organização real do trabalho mostra-se como fruto das relações sociais e pode ser associada ao saber-fazer, construção de novos modos de operar e de interpretar.

Segundo Ferreira, Macêdo e Martins (2015), o real do trabalho aumenta o estímulo e a compreensão ao fazer. Desta forma, o real do trabalho mostra-se ao sujeito pela determinação de resistir às normas, procedimentos, técnicas e conhecimentos.

Com a experiência do real do trabalho, nota-se que o prescrito vai além das normas, há uma apropriação da dimensão não vista e que está presente no dia-a-dia de trabalho, perpassa a questão física rumo à subjetividade e às relações interpessoais. Ele, o real, confronta o sujeito, pode levá-lo a não obter êxito nos seus objetivos, provoca sentimentos de impotência, raiva. Assim o real pode se apresentar ao sujeito de uma maneira desagradável e com uma feição afetiva (FERREIRA; MACÊDO; MARTINS, 2015).

Sendo assim, o trabalho prescrito está relacionado a um documento normativo, com intuito de orientar as tarefas, com um caráter burocrático e ao mesmo tempo fiscalizador. Segundo Facas e Mendes (2012), o trabalho prescrito é passível de reconhecimento, mas também de punição àquele que não cumpre a prescrição.

Conforme Facas e Mendes (2012), os manuais não possuem respostas a todas as situações vivenciadas no trabalho. Para os autores, existe uma variedade de possibilidades ao se realizar uma tarefa, muitas vezes elas não são abordadas pela prescrição, pois a execução do trabalho é cheia de imprevistos, bem como de contradições. Sendo assim, é o trabalhador que descobre a realidade e aprecia se as condições de trabalho permitem ou não executar suas tarefas com vistas aos resultados.

De acordo com Facas e Mendes (2012), existe uma diferença conceitual entre tarefa e atividade. A primeira, diz respeito às prescrições e a segunda à execução. Para os autores, não há tarefa de teor tão simplista como apresentado nas prescrições, pois estas não preparam para todos os contratempos que o trabalhador está sujeito a vivenciar.

Para Dejours (2007b), não há instituição que não esteja sujeita à discrepância entre a organização de trabalho prescrita e a organização de trabalho real. Para ele é impossível o real ser previsto, por mais detalhadas que sejam as prescrições. A prescrição do trabalho, neste sentido, não dá conta da realidade enfrentada pelo trabalhador. Somente uma parte do trabalho real, segundo Mendes e Facas (2015), é notada pela prescrição e pela Organização do Trabalho, pois ela está norteadas de pensamentos, sentimentos e comportamento não formalizados.

O conteúdo das tarefas, a qualidade das relações com os pares e a hierarquia, consoante Martins e Lima (2015) podem ser mecanismos utilizados para vivenciar tanto o prazer quanto o sofrimento nas situações de trabalho. Segundo as autoras, o equilíbrio psicodinâmico prazer-sofrimento está relacionado ao uso da inteligência prática e da dinâmica do reconhecimento.

De acordo com Martins (2015), o real do trabalho mostra-se de maneira afetiva para o sujeito, pois a prescrição já não possui resposta ao imprevisto, àquilo que o faz sofrer. Implica o corpo, mobiliza a inteligência, a habilidade de refletir e interpretar o que não se espera. Segundo a autora, o trabalho compõe as relações sociais marcadas pelas relações de poder e dominação.

Segundo Dejours (2007b), o trabalho participa da realização do ego no campo social. Pode contribuir para a emancipação do sujeito ao mesmo tempo em que gera sofrimento. Dito isso, compreender como acontece a experiência do real com o trabalho das entrevistadas não foi tarefa fácil, pois as falas mostraram-se presas ao que é estabelecido pelas normas institucionais. Assim, as verbalizações das participantes foram muito atravessadas pela cultura institucional.

### **3.2 Estratégias defensivas**

O sofrimento está presente no trabalhar, pois se entende que os desejos do sujeito se defrontam com as normas impostas pela organização do trabalho. Para a Psicodinâmica do Trabalho, trabalhar envolve a experiência com o real. É nessa experiência que o trabalhador se vê diante de imprevistos ou mesmo de riscos que o fazem sofrer. Então os trabalhadores criam estratégias defensivas para lidar com esse sofrimento (DEJOURS, 1992; 2011a, 2012b).

De acordo com Moraes (2013b), as estratégias defensivas são criadas pelos trabalhadores e podem ser individuais ou coletivas. Possuem o intuito de diminuir o sofrimento no trabalho, se negam a perceber aquilo que faz sofrer. Sendo assim essa negação do sofrimento possibilita uma proteção ao psiquismo do trabalhador que pode continuar executando suas tarefas e permanecer no plano da normalidade.

As estratégias individuais de defesa possuem relevância na adaptação do sofrimento, são compartilhadas por membros do coletivo, sujeitos à mesma Organização do Trabalho. Quando são estratégias coletivas desempenham função na harmonia do coletivo, pois, segundo o autor, trabalhar não é apenas possuir uma atividade, é também viver: experienciar a pressão, enfrentar o real, construir o sentido do trabalho e do sofrimento (DEJOURS, 2007b).

As estratégias defensivas, para Mendes (2007c), possuem a finalidade de mascarar ou ocultar a ansiedade de um grupo social específico e ainda auxiliar no combate aos perigos e riscos reais. Consoante à autora, a estratégia defensiva necessita da implicação de todos os sujeitos na omissão do sofrimento e deve ter coerência para que possa construir lógicas rígidas com a realidade.

As estratégias defensivas podem ser utilizadas pela Organização do Trabalho como uma forma de alienar o trabalhador. Existem as defesas de proteção, defesas de adaptação e defesas baseadas na exploração. A defesa protetora tem na racionalização seu maior expoente. Na defesa adaptativa e na defesa explorada há a negação do sofrimento (DEJOURS, 2011b; MORAES, 2013b).

A utilização de estratégias defensivas possibilita ao sujeito suportar o sofrimento ético, sofrimento esse relacionado aos atos cometidos pelo sujeito que não concorda com o que se vê obrigado a fazer, e ao construir essas estratégias defende-se do sofrimento podendo então conservar seu equilíbrio psíquico (DEJOURS, 2007b).

No questionário, a pergunta que estava diretamente relacionada à identificação das estratégias defensivas se referia ao que a entrevistada não gostava de fazer no seu trabalho, porém entende-se que essa categoria poderia surgir na resposta das outras perguntas elaboradas.

Notou-se que para todas as áreas de atuação é importante identificar a relação da família com o adolescente, a estrutura familiar, conflitos familiares, violência doméstica, bem como o que levou o adolescente a cometer o ato infracional.

Se eu identificar que o menino sofreu violência doméstica, vou trabalhar isso aí. (BETA, Assistente Social).

Porém, nesta questão houve uma variação no discurso das técnicas, tendo em vista que quatro das entrevistadas entendiam e responsabilizavam a família nesse processo socioeducativo. Chama a atenção para o fato de defenderem o discurso de que “sozinhas nada ou muito pouco podem fazer”, pois se somente elas trabalharem a favor não surtirá nenhum resultado, então precisariam do apoio da família, da sociedade e dos adolescentes. As outras três entrevistadas entendiam a família como parte integrante no processo, uma aliada para o desenvolvimento das medidas socioeducativas.

A família é a peça fundamental desse processo. (BETA, Assistente Social)

Eu tenho que ter ajuda, eu não posso trabalhar só. (GAMMA, Psicóloga).

Muitos deles tem o pensamento refratário, já calcificou e é difícil fazer com que eles tenham vontade de fazer outras coisas, além das dificuldades impostas pela sociedade (GAMMA, Psicóloga).

Cabe refletir sobre a responsabilidade atribuída à família e ao Estado que no discurso das quatro entrevistadas sempre estavam relacionadas à culpabilização do outro, sendo assim pode ser relacionada a uma estratégia de mascarar o seu compromisso também no que tange a socioeducação.

Geralmente não fica ninguém na porta, mas se eu percebo movimentação estranha eu aviso (GAMMA, Psicóloga).

Como se pode notar, mesmo com o esvaziamento no discurso das entrevistadas no que concerne ao conteúdo subjetivo no trabalhar, as estratégias defensivas apareceram como defesas no decorrer da entrevista.

### **3.3 Estratégias de enfrentamento**

As estratégias de enfrentamento, segundo Moraes (2013a), são mobilizadas pelo sofrimento, quando este tem como destino a criatividade. Este é alicerçado na mobilização para ação com vistas a buscar possibilidades de resistir ao real e seu objetivo é de subverter o sofrimento em prazer.

De acordo com Moraes (2013a), as estratégias de enfrentamento, vão além do que está prescrito, então é possível experienciar novas formas de executar o trabalho. É uma forma de transgredir as regras e necessita ser mantida na 'ilegalidade' e isso somente é possível com a cooperação entre os pares e o consentimento dos superiores ao que foi chamado de transgressões.

Essas estratégias estão apoiadas na inteligência prática, inteligência esta que busca a transformação do sofrimento em prazer. No curso da transformação está presente a tolerância

ao sofrimento, a busca de alternativas e o uso da criatividade, cognição e sensações articuladas entre si (MORAES, 2013a).

Segundo Moraes (2013a), as estratégias de enfrentamento são influenciadas pela conjuntura, integrada na dinâmica do trabalhar, que possibilita a existência da mobilização subjetiva. São elas: a inteligência prática, a cooperação e o reconhecimento.

Dito isto, a pergunta que estava mais próxima para possibilitar a identificação dessas estratégias abordadas aqui foi a que buscava saber sobre as principais dificuldades ou problemas referentes ao seu respectivo trabalho e como elas lidavam com essas adversidades. E, ainda, se poderiam contar como foi para elas resolver um problema que pareceria insolúvel, como a entrevistada se sentiu.

Não foram identificadas, no discurso de quatro técnicas, de ambas de instituições de internação, a existência de estratégias de enfrentamento. As outras três entrevistadas, uma de uma unidade de internação e semiliberdade e as outras duas da semiliberdade, relatam que, frente às dificuldades vivenciadas no trabalho, formulam alternativas para que possam atingir os objetivos previstos. Omega (assistente social), por exemplo, abordou a dificuldade com o transporte devido ao tamanho do veículo e ao número de adolescentes que deveriam locomover para atividades externas à instituição (de cultura e lazer). Diante desse impasse, como alternativas de efetivar as atividades, criam-se: palestras, cinema e brincadeiras dentro do próprio local para que assim todos possam ser contemplados.

As falas de Gamma (psicóloga) resumiram-se às dificuldades com transporte e à falta de informatização do sistema. Kappa (pedagoga) falou sobre a dificuldade de se consolidar parcerias para cursos e oficinas nas férias. Delta (assistente social), quando questionada sobre quais as principais dificuldades/problemas do seu trabalho respondeu:

Não sei nem se posso falar (DELTA, Assistente Social).

Beta, além de descrever as dificuldades com transporte e a ausência de um sistema de informatização que viabilizasse o contato com as famílias de adolescentes oriundos do interior, completou:



Não existe dificuldade, existe desafio... Se você se especializa, não se intimida, não vejo problema (BETA, Assistente Social).

A mobilização subjetiva é um processo individual, todavia depende das relações de troca dos sujeitos que compõe o coletivo. Ela possibilita a formulação de estratégias de enfrentamento que são únicas para cada coletivo, são constituídas para remodelar a organização do trabalho naquilo que agrava o sofrimento no trabalho (MORAES, 2013a).

### **3.4 Cooperação e Reconhecimento**

Dejours (2012b) afirma que a cooperação ocorre entre pessoas e mostra o trabalho vivo propriamente. O engajamento da subjetividade no trabalhar perpassa a cooperação, pois o trabalhador coloca seu potencial subjetivo com vistas a contribuir coletivamente.

Foi perguntado às participantes como era a relação com os colegas e com os superiores com o objetivo de compreender como se dava a cooperação entre os profissionais. A cooperação não aparece como um recurso recorrente utilizado pelos técnicos para transformação do sofrimento em prazer. Percebeu-se que na unidade de semiliberdade há uma maior aproximação das profissionais que ali atuam para viabilizar a execução das tarefas, há uma troca maior de conhecimentos entre ambas. Na unidade feminina constatou-se que no momento em que foram realizadas as entrevistas não havia ali alguns profissionais que pela lei deveriam estar auxiliando na execução das medidas. Quanto à unidade de internação masculina, observou-se que as técnicas realizam reuniões para discutir casos e fazer seus encaminhamentos, porém ainda assim percebeu-se que a troca de ideias é mais restrita, pois cada uma desenvolve a parte que compete à sua profissão e depois reúnem as informações ao redigir o relatório; logo não há uma abertura para a construção conjunta.

Diante das diferenças encontradas em cada instituição socioeducativa no que tange a cooperação, é possível questionar sobre o ambiente no qual essas profissionais estão inseridas. No caso da instituição de semiliberdade, por exemplo, por que há uma maior abertura para o diálogo entre as técnicas? Na unidade feminina, como não questionar os impactos causados pela ausência de profissionais que poderiam estar servindo de referência para as jovens que ali estão cumprindo medida? E na unidade de internação, como não destacar a dificuldade de

falar, o medo das entrevistadas de expor sobre o real do seu trabalho, bem como a ausência de construção de uma identidade coletiva que se torna notória? Trabalham de forma individualizada, os momentos de interação são compostos por reuniões para relatos breves, não discutindo caminhos para implementação de mudanças que poderiam auxiliar até mesmo na eficácia do trabalho.

Mesmo quando o trabalhador tem consciência do que precisa ser feito, não consegue fazer, pois a pressão social não lhe permite. Surgem então os entraves. O sofrimento aparece em um cenário onde não há cooperação entre si, em circunstâncias onde o ambiente mostra-se ruim para o desenvolvimento das tarefas, os conhecimentos não são partilhados, cada sujeito realiza suas atribuições isoladamente (DEJOURS,2007b).

O que é o reconhecimento? Reconhecimento é um dos elementos que integram a vivência de prazer e a realização de si próprio. É a base da construção da identidade, ajuda a proteger a estrutura psíquica, quando não é manipulado. Pois, em alguns casos o trabalhador, ao buscar o reconhecimento, pode apoiar atos que ele não concorda, causando assim uma espécie de sofrimento ético, em uma situação vai de encontro à sua autonomia (DEJOURS, 2012b; MARTINS & LIMA, 2015).

O reconhecimento no trabalho é parte integrante das relações sociais, é construído pelo olhar do outro, que pode ser qualificado por provas rígidas sobre o trabalho executado. Tal olhar é chamado de julgamento e está associado à dinâmica do coletivo de trabalho (MARTINS; LIMA, 2015). Segundo Dejours (2011), o reconhecimento tem sua base em dois tipos de julgamentos: o de utilidade e o estético ou de beleza.

De acordo com Martins e Lima (2015), o julgamento de utilidade econômica, técnica e social é o reconhecimento pelo julgamento da colaboração do sujeito pra com a Organização do Trabalho, este julgamento é ofertado pelos superiores hierárquicos, mas também por subordinados, em uma linha vertical. Este julgamento nas Organizações de Trabalho pode ser percebido pelo aumento salarial ou promoções. Em suma, é produto da avaliação da hierarquia e expressado em retribuições relacionadas às relações de força e relações políticas.

Dejours (2011) afirma que o julgamento estético ou de beleza é transmitido pelos pares, faz parte de uma linha horizontal de relações. Ambos os julgamentos, tanto o de utilidade quanto o de beleza, abordam o trabalho executado, não falam sobre o sujeito, mas sim se referem ao seu fazer. Neste sentido, compreende-se o reconhecimento como uma

retribuição simbólica para o sujeito que contribuiu por meio do seu esforço para realizar suas atribuições. É um processo psicodinâmico com duas dimensões: uma relacionada ao reconhecimento da realidade e a outra relacionada à retribuição dos trabalhadores para com a Organização do Trabalho (MARTINS; LIMA, 2015).

Quanto ao reconhecimento, percebeu-se que pouco se fala sobre ele, tanto ao nível de hierarquia quanto entre os pares. Quando perguntados se se sentiam reconhecidos, as falas eram expressas sem um maior desenvolvimento da resposta, muitas vezes com um ‘sim’ simplesmente. Não houve justificativas ou explicações de como percebiam o fato.

Hoje sim, eu não entendia antes que eu estava trilhando um caminho... pode não ser nada, para muitas pessoas, mas para mim é. (ALPHA, Psicóloga).

Gamma (psicóloga) também relatou uma experiência em que sentiu ser reconhecida pelo seu trabalho: um monitor/socioeducador e sua coordenadora falaram para ela, tendo em vista que teria que se ausentar da instituição para atender as demandas de outro centro socioeducativo em alguns dias na semana, que sentiriam sua falta no desenvolvimento das atividades.

O reconhecimento é a peça fundamental para que a inteligência e a subjetividade sejam mobilizadas. Quando presente, por meio dos julgamentos de utilidade e de beleza, pode mobilizar a subjetividade do sujeito (DEJOURS, 2007b).

Um ponto importante destacado por Dejours (2007b) diz respeito ao sentido do sofrimento que está relacionado diretamente ao reconhecimento. Conforme o autor, quando o trabalho é reconhecido, o sujeito dá um sentido às suas decepções e angústias. O sofrimento experimentado outrora transformou o sujeito, ao mesmo tempo em que contribuiu com a Organização do Trabalho. O reconhecimento participa da construção da identidade do sujeito, sendo assim se expressa por meio da afetividade, possibilitando a construção do sentimento de prazer.

As relações sociais de trabalho, conforme Dejours (2007b) são sobretudo relações de dominação, todavia o trabalho pode transformar o sofrimento através do reconhecimento, o reconhecimento do outro à sua contribuição para a sociedade.

Para Dejours (2011), a construção do sentido do trabalho por meio do reconhecimento pode subverter o sofrimento em prazer. O reconhecimento é o caminho que pode levar a transformação do sofrimento, é também dele que necessita a mobilização subjetiva e a cooperação.

Quando o sujeito não é reconhecido pelo seu saber-fazer, nem mesmo consegue dar sentido ao seu trabalho, resta o sofrimento. Então, pode-se compreender que o trabalho não é neutro diante da saúde mental, pois quando desorganiza a estrutura psíquica, tendo impacto sobre a identidade do sujeito, pode sim levar à doença mental (DEJOURS, 2007b).

### **3.5 Mobilização subjetiva**

A mobilização subjetiva está relacionada à faculdade de sentir, pensar e inventar para alcançar os objetivos da tarefa. Esse processo de mobilização é vivenciado de maneira única e não há possibilidade de ser atingido pelas prescrições. A mobilização subjetiva possibilita a subversão do sofrimento por meio da constituição de um sentido do trabalho. É influenciada pelo reconhecimento por meio da dinâmica de contribuição-retribuição. Permite a construção de uma sabedoria prática ou de uma inteligência criativa com vistas a desafiar o prescrito e vivenciar o real do trabalho. Assim, o sujeito cria um jeito particular de invenção e desenvolve também um saber-fazer que lhe é próprio (FERREIRA, 2015).

A mobilização da inteligência está alicerçada no corpo e na personalidade do trabalhador, apoiada na sua história singular e no seu compromisso. Deste modo, para que o sofrimento possa ser subvertido em prazer por meio da inteligência prática, é importante que a Organização do Trabalho não se mostre como um obstáculo ao sabe-fazer do sujeito (MARTINS; LIMA, 2015).

De acordo com Martins e Lima (2015), a mobilização subjetiva dispõe do engajamento do sujeito, o corpo cognitivo, afetivo e ação sobre o real do trabalho são investidos para que se alcance o prazer na tarefa. Sendo assim, a mobilização subjetiva abrange a mobilização da inteligência prática, do espaço público da fala e da cooperação.

Alpha (psicóloga) se sobressaiu quando comparada às outras profissionais no que tange o exercício da mobilização subjetiva. Mostrava-se sensível às demandas dos

adolescentes, se preocupava em realizar um bom atendimento a eles, estava disponível para recebê-los, buscava ofertar mais atividades, possuía uma boa relação com os colegas de trabalho. Revelou-se implicada com o seu fazer, com sua escolha profissional, receptiva, atenciosa, se emocionou ao falar do seu trabalho durante a entrevista. Atuava há onze anos e oito meses no sistema socioeducativo, tendo atuado também como monitora/ socioeducadora. Desenvolvia um projeto de autoria própria no centro em que estava lotada, o qual possuía como finalidade aproximar a família do adolescente em privação de liberdade.

A mobilização subjetiva é vivenciada de um jeito próprio por cada trabalhador, não podendo ser prevista. É ela que permite a modificação do sofrimento por meio da elaboração do sentido no trabalho. Permite o uso da inteligência criativa e constituição de uma sabedoria prática, desta forma o sujeito estrutura sua maneira de inventar e de desenvolver suas habilidades (DEJOURS, 2007b).

### **3.6 Transformação do sofrimento em prazer**

De acordo com Dejours (2011a) o sofrimento pode estar relacionado às estratégias de defesa, ideologias defensivas e alienação. Segundo a Psicodinâmica do Trabalho, um dos sentidos do trabalho, é o prazer.

Esse prazer é fruto da subversão do sofrimento quando o trabalho possibilita ao sujeito a criação de sua identidade. Ocorre quando permite ao sujeito criar e desenvolver novos caminhos para execução da tarefa, fazer uso da sua criatividade, interagir com outras pessoas e modificar as situações de trabalho que são geradoras de sofrimento. De acordo com Mendes (2007c), quando o trabalho possibilita ao trabalhador criar dispositivos para enfrentar a Organização do Trabalho, favorece a conquista do prazer.

Vivenciar o prazer não depende apenas da vontade do trabalhador, pois está relacionado às condições as quais o trabalho pode ser executado, está sujeito às exigências e conjunturas que abrangem as potencialidades dos trabalhadores. Para a Psicodinâmica do Trabalho, o prazer pode ser vivenciado em um cenário de precarização, porém para que isso aconteça é necessário que a Organização do Trabalho permita ao trabalhador o

desenvolvimento da inteligência prática, possibilite ainda o espaço público da fala e da cooperação (MENDES, 2007c).

Segundo Martins e Lima (2015), a promoção dos espaços de cooperação e da solidariedade é fundamental para a constituição do sujeito e para a construção da autonomia ética que abre caminhos para o prazer, para a reorganização da vida e para o sentido do trabalho. O prazer é um dos sentidos do trabalho que envolve inovação, mudança, transformação de si próprio e do ambiente. O trabalho faz parte da condição humana, por isso não pode ser compreendido de maneira isolada, está intimamente ligado à compreensão da sociedade e dos homens.

Dadas as dificuldades para subverter o sofrimento nem sempre se consegue encontrar prazer no trabalho. Nestes casos, no LAPSIC temos identificado que, quando não subvertem o sofrimento em prazer, os trabalhadores, para se manter saudáveis, buscam dotar de sentido o sofrimento do trabalho), resignificar o sofrimento.

### **3.7 O Sentido do Trabalho**

Para Barus-Michel (2003), as cobranças por resultados que destroem as expectativas pessoais colaboram para as pressões nas relações de trabalho onde o sujeito não consegue mais galgar a sua realização e não é reconhecido socialmente. A violência vivenciada pelo trabalhador o impede de criar um novo sentido. O sujeito, para a autora, existe por meio do sentido que ele cria e o sofrimento desponta como perda de sentido.

De acordo com Ferreira (2012), para a Psicodinâmica do Trabalho, a verdade surge por meio da experiência com o real. O trabalhar não está restrito às normas que o definem, as prescrições são apenas uma ínfima parte que o compõe. Logo, a partir da existência de apenas prescrições, o trabalho mostra-se esvaziado, com isso a vida no trabalho para o sujeito perde o sentido.

Para tentar compreender o sentido atribuído pelas técnicas ao seu trabalho, foram realizadas três perguntas: Como é para você trabalhar com adolescentes em conflito com a lei? Como você se sente? Como você entende a ressocialização? Você acredita nessa

perspectiva? E Qual o papel do psicólogo (ou do assistente social ou do pedagogo) na reintegração social desses adolescentes?

O sentido do trabalho aparece no discurso da equipe técnica com diferentes olhares que convergem, em sua maioria, para o medo de falar sobre o que vai além das atividades prescritas. De acordo com Barus-Michel (2012), o sentido está relacionado às ideias de criar a forma de expressar seus objetos tanto aspirados, de transmitir suas experiências, acontecimentos e não reprimi-los; assim fala-se sobre sua vida, sobre seus desejos, vontades. O inconsciente se manifesta por meio das mentiras, a cada silêncio. Para autora, as palavras que não foram ditas, as contradições, são buracos no discurso que podem estar relacionados ao sofrimento e a perda de sentido.

Eis que aparece outra problemática ligada ao sentido do trabalho, que são as mudanças da modernidade que exercem forte pressão e ocasionam rupturas nas relações de trabalho. “Aquele que trabalha passa a ser um instrumento submetido às pressões nas quais ele não tem domínio e faz repercutir em cadeia sobre os outros, sem que seja possível nem comunicação, nem justificativa.” (BARUS-MICHEL, 2012, p.106).

As pressões a que se submetem englobam o trabalho prescrito e o que é executado na instituição. São metas estatísticas mensais, a hipervigilância por câmeras e regras rígidas por se tratar de uma instituição total e pela subjetividade pautada num suposto perigo existente na instituição na relação entre monitores/socioeducadores e adolescentes, técnicos e adolescentes e entre os próprios adolescentes.

Desta maneira, o trabalho dificilmente pode ser visto como uma via de realização, de reconhecimento social, não proporcionando nem ao menos o benefício moral. A repressão e o controle estão presentes na sociedade; falar de sofrimento é proibido. O sistema social funciona na perspectiva do trabalhar cada vez mais, caso contrário se está demitido, acarretando então um não-sentido. Para Barus-Michel (2012), o sujeito existe porque atribui um sentido às situações que encontra e o sofrimento aparece como uma perda de sentido.

É possível perceber variações nos discursos; quatro entrevistadas demonstraram esvaziamento total de conteúdo crítico. A falta dessa postura crítica em relação ao seu fazer, mostrou-se recorrente durante a realização das entrevistas na unidade de internação masculina. O discurso que predominou foi o situacional, repete o prescrito, o que agrada ao gestor. Onde fica a implicação do profissional? E o seu papel na transformação social?

O socioeducativo trabalha para isso, para a ressocialização. Resgatar os valores desses meninos, a dignidade, a cidadania deles (BETA, Assistente Social).

É um sistema interessante, junto com os técnicos reconstruir a dignidade do adolescente (BETA, Assistente Social).

Trabalhar com adolescentes com conflito com a lei significa amadurecer mais (BETA, Assistente Social).

O papel do psicólogo são tantos! Babá, mãe, amiga, sei lá, são tantos papéis (GAMMA, Psicóloga).

Não dá pra fazer muita coisa para lidar com os adolescentes porque o tempo de internação é muito curto (GAMMA, Psicóloga).

Delta (Assistente Social) relatou que o papel do assistente social é instruir em cursos. Em contrapartida, apareceram também em três profissionais um discurso diferente do abordado pelas outras entrevistadas:

A gente protege os direitos deles. Nosso maior papel aqui é proteger os direitos deles [...] Quando a gente vê que esse adolescente se ressocializou, o sentido do trabalho... é a alegria, felicidade... Alegria de ver que ele retornou a sociedade. Seguiu outros caminhos que não o do ato infracional. Pode não ter sido eu, mas uma colega, sinal que estamos conseguindo (OMEGA, Assistente Social).

Na semiliberdade tem um número de evasão, mas o técnico se realiza quando ele faz o desligamento desse adolescente com o documento do juiz em mãos. Não significa que ele não vá voltar a cometer atos infracionais, mas a chance de que ele não cometa é maior. (ZETA, Assistente Social).

Alpha (psicóloga), ao ser perguntada sobre o sentido do seu trabalho, respondeu: “Eu sinto amor”. O sentido para ela é devolver perspectiva de futuro para o adolescente, emponderá-los. O profissional de Psicologia, de acordo com a entrevistada, tem um papel fundamental na promoção da saúde para esses jovens. A pesquisa desenvolvida por Costa, no ano de 2007, já apontava para a questão reflexiva que não surge no discurso dos técnicos das unidades socioeducativas de internação masculina:



Observou-se que as falas não refletem grande aprofundamento reflexivo ou postura crítica dos técnicos e monitores em relação ao contexto de vulnerabilidade que marca a vida dos meninos. (COSTA, 2007, p98).

Conforme Barus-Michel (2003), o sujeito é a essência do sentido. O sentido lhe permite se transformar, remete a uma assimilação, uma propriedade da sua identidade. Para a autora, o sentido é constituído, logo, não pode ser ‘descoberto’. Através do sentido o sujeito pode se recolocar no mundo, esta recolocação é possibilitada social, intelectual e afetivamente.

Foi observada, no decorrer das entrevistas com as técnicas, uma tentativa de transmitir certa normalidade no trabalho para a pesquisadora. Ora, para Dejours (2007b), a normalidade é entendida como a relação entre o sofrimento e o confronto individual ou coletivo frente ao sofrimento no trabalho. Nesse sentido aparentar normalidade não pode ser interpretado como inexistência de sofrimento.

O sofrimento “pode ser considerado como uma perda do sentido ou da capacidade de elaborar relacionada a um roubo ou uma submersão interna da pulsão” (BARUS-MICHEL, 2003, p.12).

O sofrimento dos trabalhadores está relacionado às adversidades com que se deparam para a execução de suas atribuições. Nega-se o real do trabalho, sendo assim, nega-se o sofrimento no trabalho. Segundo Dejours (2007b), a negação do real está intimamente relacionada à compreensão de que fracassar é ser incompetente, despreparado ou mesmo incapaz. Para o autor, ao contrário desta ideologia dominante, o trabalho se define a partir (justamente) do que se agrega ao prescrito, tendo em vista que nem tudo pode ser descrito ou previsto.

Para Barus-Michel (2003) o sofrimento é marcado pelo impedimento de se falar, então se mostra como uma ausência de sentido.

A negação do sofrimento, seja pela via de participação na composição de uma mentira organizacional, seja pelo silêncio e indiferença frente ao que fere a moral, pode deixar o trabalhador em um mal-estar psíquico. Para Dejours (2007b), ignorar o sofrimento de um

colega para ter ascensão profissional ou mesmo pelo medo de perder seu emprego soa como “desonestidade”; isso ocasiona outro tipo de medo, o medo de perder a dignidade, o sofrimento ético.

É possível notar a relação que se fez presente durante as entrevistas de parte das entrevistadas, o silêncio muitas vezes esteve presente, as respostas esvaziadas de um sentido particular ou mesmo de um conteúdo crítico. Consoante Barus-Michel (2003), o sofrimento é marcado pelo impedimento de se falar, então se mostra como uma ausência de sentido.

Segundo Dejours (2007b), a impossibilidade de se sentir à vontade para expressar plenamente o que pensam está associada a algumas outras características: tendência a mentir, tendência à obediência, tendência a acomodar-se, tendência ao desânimo, tendência à teimosia, tendência à dependência em seguir as normas ou mesmo a falta de espírito crítico.

Para poder suportar essa condição de dominação, o trabalhador fecha seus olhos, também não ouve nada e, ainda, sob a ameaça de demissão, impera o individualismo. No caso das técnicas, as quais essa pesquisa faz menção, é possível que o silêncio, as palavras breves, o discurso não implicado com o seu fazer, a ausência de um discurso crítico relacionado ao trabalho caracterize o medo. Neste sentido, surge tal reflexão “Será se os efeitos nocivos do medo não têm com o tempo impacto negativo na qualidade e na produtividade?” (DEJOURS, 2007b, p.51).

Ou ainda, pode-se analisar esse medo, partindo do pressuposto de que o interesse em pesquisar sobre o trabalho dos técnicos partiu da pesquisadora. Pode se ter aqui uma variável de análise, pois a implicação subjetiva para a realização da pesquisa não foi destes profissionais, então no decorrer das entrevistas é possível perceber as defesas nas falas, alguns respondiam com frases pré-formuladas (prontas), outros ficavam com receio de abordar algum assunto que não fosse positivo ao olhar dos gestores, pois não desenvolviam espontaneamente as respostas ou mesmo expressavam a sensação de ter o seu trabalho avaliado naquele momento. Talvez o medo que as participantes tiveram de falar sobre o seu sofrimento decorra da política adotada pela gestão em relação ao tipo de contrato de trabalho, como uma forma de controle dos profissionais, tendo em vista que, em sua maioria, os profissionais são indicados pela secretária gestora para o cargo que ocupam.

Outra problemática percebida no discurso de todas as profissionais entrevistadas está relacionada à precariedade das condições de trabalho, que apareceu como um desdobramento

na fala das entrevistadas quando se referiram às dificuldades relacionadas ao seu trabalho. Foi possível identificar, no discurso, aspectos relacionados à precariedade do sistema quanto à informatização, à rotatividade e a escassez de profissionais para atuarem na execução das medidas de internação e semiliberdade, a quantidade de relatórios para dar conta, além dos atendimentos específicos para cada área e ainda a estrutura física das unidades.

Uma dificuldade recorrente entre os técnicos se refere aos carros disponibilizados pelas instituições para as saídas, pois são pequenos e, em algumas situações, dificultam a execução das atividades externas. Outra dificuldade é a ausência de informatização no sistema socioeducativo, que inviabiliza o contato com outros municípios. Isto dificulta o trabalho para encontrar a família de adolescentes vindos do interior do Estado. Em algumas unidades não há telefone e muitas vezes a equipe técnica precisam usar telefone próprio/pessoal. Quanto a essas adversidades:

Me sinto deixando a desejar, fica faltando... O nosso serviço aparecer mais, poderia ofertar mais atividades externas (OMEGA, Assistente Social).

Além da precariedade no trabalho das participantes, compreendida como as dificuldades nas condições de trabalho, há uma relação de agravamento do sofrimento inerente a essa precarização. De acordo com Dejours (2007b), a precarização possui quatro efeitos, são eles: a intensificação do trabalho e o aumento do sofrimento, a mobilização coletiva se neutraliza diante do sofrimento, da dominação e da alienação. Criam-se estratégias defensivas como o silêncio, a “cegueira” e a “surdez” e, por último, o quarto efeito que é o individualismo.

Considera-se aqui que os trabalhadores sujeitos à precarização e manipulação gerencial vivem com medo. O medo instaurado gera atos de servidão e de obediência. Bloqueia as trocas de vivências entre os trabalhadores, então não conseguem perceber o sofrimento do colega que pode estar na mesma situação que a sua (DEJOURS, 2007b).

Além do medo de falar, a vergonha é destacada por Dejours (2007b), pois os que se encontram insatisfeitos no trabalho, seja por aumento no volume de trabalho ou pelo esfacelamento das relações de trabalho, esbarram em adversidades que não lhes permitem enfrentar coletivamente as adversidades.

A vergonha de reivindicar sobre essa insatisfação no trabalho enquanto outras pessoas estão desempregadas fazem com que o trabalhador não reconheça como legítima a sua indignação frente a essas relações de dominação, pois existem outras pessoas inseridas em situações “aparentemente piores” quando comparadas a sua devido à falta de trabalho. E, também, a vergonha de falar sobre o sofrimento no trabalho, pois existem outras pessoas que correm o risco de demissão (DEJOURS, 2007).

De acordo com Lhuilier (2012), a vergonha não é partilhada, ela corrobora para o silêncio no trabalho e pode intensificar a individualidade ou mesmo a solidão. A autora ainda salienta que, ao impor modelos que não se mostram interligados com a condição real de trabalho, a prescrição gera como consequência não só a falta de reconhecimento social, mas também ocasiona uma dificuldade de conhecimento do trabalho. Sendo assim, como este sujeito constituirá um sentido do que faz, quando não há abertura para se falar sobre o trabalho e seus critérios para executar a tarefa? Logo, a negação do real do trabalho pode desenvolver um sofrimento ao se realizar o trabalho, pois muitas vezes o que se almejava alcançar não se torna viável.

Para Dejours (2007b), em alguns casos, o sujeito não se sente confortável para expressar publicamente o seu sofrimento. Nessa luta contra isso, o sujeito desenvolve a indiferença em relação àquilo que ocasiona o sofrimento. O autor traz a reflexão de que os gerentes também se deparam com as dificuldades no seu fazer, todavia, o medo também aparece para eles, o medo de que suas dificuldades sejam notadas pelos outros, medo de ser tachado como incompetente e até mesmo o medo dele próprio ser demitido. Sendo assim, também a autoridade gerencial com seus medos se fecha e se individualiza; os erros quando não corrigidos vão sendo ocultados. Desta forma, por ter o gerente, assim como qualquer outro trabalhador, sua experiência com o real e com o medo, devido ao seu cargo, utiliza a ameaça de demissão sobre seus subordinados e então o sofrimento é acentuado.

Pode surgir, por meio do silêncio e da mentira citados anteriormente uma valorização do mal. Que mal é este? “O mal é a tolerância à mentira” (DEJOURS, 2007b, p. 76). De acordo com o autor, o mal é se calar e não tornar pública as injustiças que se percebe ou mesmo participar delas e também manipular o outro. Segundo o autor, a banalização do mal, ontologicamente, é produto da normalidade. O sofrimento para o autor não é fruto da violência, o sofrimento gera as defesas e essas defesas, quando perigosas, geram o que ele

denomina de violência social. Porém, as estratégias de defesa mostram-se essenciais para preservar a integridade psíquica.

Nesse contexto, a banalização do mal foi visto no “silêncio” ou falas esvaziadas de sentidos dos participantes; se sentir constantemente vigiados seja pelas regras rígidas de uma instituição total e/ou pelas câmeras instaladas nos espaços interno e externos do prédio da instituição. Outra expressão desse fenômeno foi percebida numa suposta “desconfiança” das participantes durante a realização das entrevistas.

Não podemos deixar de mencionar as reflexões presentes nas obras de Michel Foucault (1984; 1987), que contribuem para o entendimento da dinâmica das relações presente nas instituições pesquisadas. O poder, o controle social, os corpos dóceis, o controle da atividade, recursos para o bom adestramento, a vigilância e o panoptismo nos auxiliam nessa discussão.

O termo “controle”, de acordo com Revel (2011) está relacionado aos mecanismos de vigilância que surgiram em meados dos séculos XVIII e XIX. O desenvolvimento da polícia e da vigilância das populações foram os instrumentos fundamentais. O controle social além da justiça inclui outros poderes como: as instituições psicológicas, psiquiátricas, criminológicas, médicas, pedagógicas; a gestão dos corpos e a instituição de uma política de saúde; os mecanismos de assistência, as associações filantrópicas e os patrocínios. O controle mostra-se como uma economia do poder que comanda a sociedade por meio de modelos normativos, modela os indivíduos e regula a sua existência.

Deste modo, a vigilância, segundo Foucault (1987) estabelece-se como um dispositivo do poder disciplinar. As técnicas de vigilância, a física do poder, o domínio sobre o corpo, de acordo com o autor, se estabelecem sobre as leis da ótica e de mecânica e sobre um jogo de espaços. Esse tipo de poder mostra-se físico.

O modelo de uma gestão disciplinar ideal, seguindo os moldes da vigilância, concerne à produção do pan- óptico, que pode ser descrito como local de encarceramento onde a visibilidade total rege a dinâmica das instituições, submete o indivíduo à economia do poder e o coloca sob uma hierarquia rígida (FOUCAULT, 1987; REVEL, 2011).

### **3.8 Singularidades percebidas nas unidades socioeducativas em relação ao sentido do trabalho**

Cabe salientar que o entendimento das particularidades de cada instituição percorrida durante a realização desta pesquisa são nítidas, pois, ainda que todas estejam subordinadas hierarquicamente à mesma gerência, construíram seus padrões que as definem. A unidade de internação masculina, a unidade de semiliberdade masculina, bem como a instituição feminina que abriga tanto as em internação como as em medida de semiliberdade, possuem cada uma sua própria dinâmica institucional para atingir metas. Os modelos de gestão são particulares, bem como se diferenciam no que se refere às relações interpessoais.

Há de se pensar sobre a diferença entre as duas medidas socioeducativas para então discutir-se sobre as diferenças tácitas nas condutas das entrevistadas encontradas nas instituições de semiliberdade e internação masculina. De acordo com Volpi (2011), a semiliberdade, apesar de apresentar características relativas à coerção, ao retirar o adolescente do convívio familiar e comunitário, não o proíbe completamente de ir e vir. Tal medida deve necessariamente estar articulada com serviços e programas sociais. A semiliberdade pode ser utilizada como primeira medida ou ainda como um período transitório para aquele adolescente que se encontrava em internação, uma forma gradual de voltar ao convívio em sociedade.

Por conseguinte, a internação é utilizada como última medida, pois conforme o ECA, quando há possibilidade de se determinar outra medida ao adolescente que não seja associada à privação de liberdade, se deve sempre manter seu direito de ir e vir. Para Volpi (2011), os aspectos coercitivos estão presentes nessa medida, embora o ECA destaque o exercício de práticas não punitivas e que sigam enfoques pedagógicos.

A partir das observações realizadas no decorrer da coleta de dados até o encerramento da mesma, identificou-se que na unidade de semiliberdade os atendimentos eram realizados a partir da procura do adolescente, podendo este ser atendido a qualquer hora do dia. Na unidade de internação, os atendimentos seguiam uma programação metódica com horários estabelecidos pela equipe de profissionais no cronograma de atividades. Sendo assim foi notória uma maior abertura dos profissionais para com os adolescentes na unidade de semiliberdade.

As entrevistas da unidade de internação permaneceram abordando pontos descritivos em relação ao trabalho prescrito. As falas não se desenvolviam aos aspectos subjetivos do trabalhar, eram reproduzidas com maior dificuldade quando comparadas às falas das entrevistadas que atuavam na semiliberdade. Isto acendeu o questionamento: Até que ponto o tipo de medida socioeducativa, o ambiente mais próximo aos aspectos coercitivos repercutem no trabalho do profissional? Até que ponto as participantes estão aprisionadas pelo sistema?

Importante citar a relevância que se tem de compreender o usuário para quem o profissional prestará seus serviços. Então, no caso das trabalhadoras que compõem a equipe técnica esperava-se uma sensibilidade e ao mesmo tempo um entendimento da sua responsabilidade, sobretudo para com o contexto de vulnerabilidade onde o adolescente está inserido.

Assis (1999) discorre sobre o olhar que deve ser dado ao jovem reincidente em medidas socioeducativas. Muitos dos jovens que sua pesquisa abarcou, evidenciaram um nível de enrijecimento afetivo devido ao sofrimento decorrente da criminalidade e do fato de estarem institucionalizados. Para os reincidentes, mostrou-se a necessidade de um trabalho relacionado aos aspectos psicológico e social. Aos que pela primeira vez estavam cumprindo medida de internação e eram recém-chegados à instituição, a pesquisa realçou a necessidade de práticas que buscassem evitar a reincidência do jovem. Para os que ali se encontravam há mais tempo, salientou a necessidade de se investir na convicção de transformação.

Os adolescentes carregam consigo sua história, esta reflete a ausência de atendimento das necessidades básicas: escolaridade, moradia, emprego e lazer. Seus direitos muitas vezes não são respeitados. Salienta a importância de se capacitar os policiais e a população em geral para coibir ações que repercutem um ciclo de violência contra o jovem (ASSIS, 1999).

As instituições responsáveis pela socialização do adolescente, tais como: a família, a escola e a instituição religiosa mostraram-se falhas e suas adversidades no exercício de suas funções na sociedade. A família aparece como aquela que possui maior obrigação em resguardar a vida de um jovem, porém erra ao não ensinar os limites importantes para o convívio em sociedade, bem como as organizações familiares às vezes contribuem para perda de referência do adolescente. Porém, Assis (1999) salienta que ela, a família, não deve ser julgada como a única ou a maior responsável pelo jovem cometer ato infracional. Para a autora, a família pode intensificar atos de um contexto social. A escola apresentava poucos

atrativos para o jovem, houve um vínculo mínimo entre os adolescentes entrevistados por Assis (1999). As instituições religiosas também não estavam próximas do cotidiano do jovem.

Nesse sentido, compreende-se que o fato de um adolescente cometer ato infracional, não deve ser analisado como uma condição para criminalizá-lo. Os profissionais que atuam nesses centros que acolhem os adolescentes devem assim, a partir da compreensão dessas contradições na vida do adolescente, pensar em alternativas que possam potencializar os aspectos saudáveis na vida dele. Destaca-se a relevância do sentido do trabalho, que permite aos trabalhadores traçar objetivos, lhes possibilita reflexões sobre o que os mobiliza a seguir desempenhando suas tarefas e auxilia na identificação do seu papel na vida de cada um dos jovens os quais atendem.

Assim como a família, a escola e as instituições religiosas, cada cidadão tem sua responsabilidade nessa história repleta de contradições a qual o jovem vivenciou. Então como poder se eximir de tal responsabilidade? Todos nós estamos envolvidos, então não é problema apenas da família ou do Estado, temos nossa responsabilidade enquanto sociedade.

Contudo, Costa (2007) refere-se em sua pesquisa a elementos que podem ser entendidos como aspectos positivos no que tange as medidas socioeducativas. Em sua pesquisa, os adolescentes entrevistados apontaram os diálogos com adultos de referência no centro socioeducativo como meio para a construção de vínculos. O estabelecimento de vínculos com adultos de referência, o zelo que traz consigo a demonstração do cuidado pelos adultos da instituição, a possibilidade de desenvolver suas habilidades e o contato familiar promovidos pela instituição ao olhar dos adolescentes eram bons para se construir vínculos afetivos. Era notória, durante o processo de internação, a melhora da qualidade da relação com os familiares.

Quanto aos fatores de proteção na vida dos adolescentes considerados pelos técnicos/monitores nas dimensões afetivo-relacional, bem como socioestrutural, os profissionais trouxeram em seus discursos a relevância da família, adultos que exercessem modelos positivos, políticas sociais de proteção, trabalho, acesso à educação e aos programas de profissionalização foram alguns pontos abordados (COSTA, 2007).

Notou-se, no decorrer desta pesquisa, que a rotatividade de profissionais é frequente no sistema socioeducativo. De acordo com Costa (2007), a promoção de proteção perpassa pelo estreitamento dos vínculos no período em que estão cumprindo as medidas, então quando



se evita a rotatividade dos profissionais, isso é considerado um ponto positivo. Para a autora, é importante não limitar a autonomia dos técnicos e também dos monitores/socioeducadores, bem como buscar integrar os técnicos e outros profissionais que desempenham atividades com os adolescentes.

### **3.9 A formação e o papel da equipe técnica no sistema socioeducativo**

Outro aspecto que pode ser pensado e discutido concerne às profissões dos entrevistados: a Psicologia, o Serviço Social e a Pedagogia. Como se compreender a Psicologia, a Pedagogia e o Serviço Social nos dias atuais? O que compete a cada uma dessas profissões? Os profissionais, especificamente os participantes da pesquisa, demonstram clareza das suas atribuições profissionais?

A Psicologia, conforme Contini (2002), ancorou-se no estudo do patológico, o que ainda a marca como uma profissão com olhar conservador de saúde. Caracteriza-se como uma profissão de saúde, porém hoje, a saúde é compreendida como não somente ausência de doença, bem como as práticas do profissional de Psicologia voltou-se às intervenções coletivas e próximas à comunidade no intuito de promover saúde à população.

O psicólogo trabalha, de acordo com Barros (2002), a partir da otimização da qualidade de vida e considera os fatores emocionais. Sua prática compreende o enquadre, orientação e aconselhamento, psicoterapia individual, monitoramento e avaliação psicológica, trabalho com grupos e suporte emocional à família.

De acordo com Contini (2002), o fenômeno psicológico deve ser entendido a partir das relações sociais e materiais. As relações, conforme a autora, não podem ser compreendidas como algo externo que influencia o interno, no entanto devem ser reconhecidas dentro de um movimento de construção. Nesse sentido, não há como abordar o mundo interno sem pensar no mundo social.

Para Montañó (2006), o assistente social tradicional possui um conhecimento técnico que não se mostra crítico. Destaca a importância de se potencializar a prática profissional. O assistente social tradicional tende a atuar de forma imediatista, sem contribuir para a

transformação. Chama a atenção à importância de uma prática profissional que não se mostre alienada e que vá além da instrumentalização.

O pedagogo, consoante Libâneo (2001), é o profissional que atua no âmbito da prática educativa. Para Libâneo e Pimenta (1999), pouco foi discutido sobre a prática do pedagogo em outras esferas que não a escola, tendo em vista que estes profissionais atuam em vários campos oriundos das demandas sociais. Os pedagogos, além das escolas, atuam na área da saúde, nas empresas e em outros locais que necessitem da sua intervenção. Atuará nesses espaços na gestão e formulação de políticas educacionais, na organização e gestão de sistemas e de unidades escolares, deverá elaborar projetos e poderá planejar, coordenar, executar, bem como avaliar os projetos educacionais.

Ainda se pensando sobre o sentido do trabalho atribuído por cada uma das participantes, foi perguntado como compreendiam seu papel enquanto psicólogas, assistentes sociais ou pedagogas. A pergunta desencadeou dúvidas quanto às técnicas psicoterápicas utilizadas, por exemplo, pela psicóloga de uma unidade de internação masculina, pois não soube detalhar as técnicas comportamentais que utilizava nos seus atendimentos, o que pode ser um fator a se repensar, pois nos deparamos aqui não apenas com uma falta de sentido do trabalho, mas também com uma desapropriação da teoria e da técnica psicológica.

Eu uso tudo, mas a comportamental é a que eu mais uso...  
mudança de comportamento (GAMMA, Psicóloga).

As práticas realizadas pelo Serviço Social demonstraram a descrição integral do prescrito, nesta unidade, sem maiores reflexões. Quanto à Pedagogia, não houve esclarecimento sobre qual seria o papel do pedagogo numa instituição socioeducativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível compreender que pouco foi falado sobre os agravantes de sofrimento no trabalho, nem mesmo os mobilizadores de prazer foram recorrentes. As falas em sua maioria estavam presas à prescrição, pouco foi colocado de si nas entrevistas. Sendo assim, o silêncio, a falta de detalhes no discurso, a ausência de criticidade ao falar sobre o fazer de um técnico nas medidas socioeducativas, ao mesmo tempo em que dificultaram o alcance dos objetivos propostos, abriram um caminho para discussões e reflexões sobre aquilo que não foi dito, todavia suscetível de ser sinalizado, analisado e discutido através de resultados de pesquisas realizadas no mesmo contexto, bem como a utilização do referencial teórico proposto pela pesquisa, deu suporte às interpretações e às observações da pesquisadora.

Nesse sentido, ao se pensar sobre o sistema socioeducativo, especificamente a respeito da execução das medidas, como não refletir sobre as práticas que estão sendo realizadas? Qual seria a importância do trabalho realizado por cada uma das profissionais entrevistadas? Construía vínculos saudáveis com cada adolescente em cumprimento de medida socioeducativa? Em que caminho estão indo os profissionais que ali atuam? Mesmo diante das fragilidades desse sistema, não há como não nos questionarmos sobre o papel de cada profissional nessa construção que é social e reflete na vida de cada jovem que por ali passa. Essas perguntas ainda inquietam e exprimem a frustração da pesquisadora diante dos impasses e das contradições presenciadas nos discursos, pois ao se pensar em um profissional que atua num contexto relacionado aos direitos humanos, à justiça e à cidadania especificamente, não se esperava encontrar falas vazias e que não expressassem uma reflexão crítica acerca das perguntas realizadas.

As pesquisas realizadas por Costa (2007), Lopes (2013) e Feitoza (2013) todas em centros socioeducativos localizados na cidade de Manaus convergem ao identificarem as carências do sistema. Todavia, Costa (2007) explicita sobre a existência de um potencial de proteção do adolescente no que concerne à prática de ato infracional nas instituições de internação, as quais realizou a pesquisa. Ao possibilitar ao jovem a construção de um projeto de vida por meio de psicoterapia, informações, oferta de cursos e também de oficinas, promover direitos básicos, como o acesso aos serviços de saúde e acesso à educação, estabelecimento de princípios a serem respeitados no decorrer da medida, são práticas que

quando integradas aos programas de egressos, compõem fatores protetivos aos jovens em relação à perpetuação de atos infracionais.

A pesquisa de Lopes (2013) realizada em um centro socioeducativo de internação masculina, com professores, apontou a existência de modelos coercitivos que os impediam de exercer sua autonomia de forma plena. Contudo, os professores, enquanto educadores atribuíam um sentido ao seu trabalho, tinham uma identidade profissional e comprometiam-se com a formação e ressocialização dos adolescentes.

Os monitores/socioeducadores, coletivo pesquisado por Feitoza (2013), atuavam em um centro socioeducativo de internação masculina, assim como os professores citados acima atribuíam um sentido ao seu fazer, que consistia em poder ajudar o adolescente. Este aspecto mostrou-se como ponto principal para sentirem-se mobilizados a realizar suas atividades. Por meio da fala dos participantes foi possível identificar a autonomia possibilitada pela gestão, a cooperação e o reconhecimento do trabalho que, de acordo com Dejourns (2011a), auxiliam na construção de uma identidade, remetendo assim ao prazer no trabalho.

As duas pesquisas realizadas no mesmo centro de internação masculina demonstram que, apesar do sistema socioeducativo possuir suas dificuldades, o que pode ser observado não apenas no Amazonas, mas em outros estados brasileiros, não impediu que os profissionais que participaram das pesquisas descrevessem o seu trabalho e demonstrassem certa elaboração de sentido ao seu próprio fazer. Todavia, dentre as psicólogas, assistentes sociais e pedagoga, não foi consensual a construção de um sentido do trabalho; poucas atribuíam sentido ao mesmo. Também parece difícil caracterizá-las como um coletivo de trabalho; as falas apresentaram-se demasiadamente individuais, não se reconhecer enquanto uma equipe de técnicas em prol da socioeducação.

A Psicodinâmica do Trabalho, com o seu olhar acerca das vivências de sofrimento e prazer no trabalho, estudando as estratégias defensivas, a mobilização subjetiva, o reconhecimento, a cooperação e a sua compreensão de que o trabalhar também passa por uma dimensão afetiva, bem como as reflexões da Psicologia Social Clínica, no que concerne o sentido do trabalho, mostraram-se relevantes para a discussão e compreensão do trabalho de técnicos que atuam em centros socioeducativos na cidade de Manaus.

O presente estudo, portanto, possibilitou um espaço para que cada uma das entrevistadas falasse sobre as suas atribuições, suas dificuldades na realização das tarefas,

bem como o que as mobilizava a trabalhar com adolescentes autores de ato infracional. Desta forma, proporcionou um olhar aos trabalhadores responsáveis pela execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade em Manaus e suscitou as reflexões sobre o sentido do trabalho destes profissionais e as repercussões sociais de cada fazer. E por meio da apresentação dos resultados, obtidos nesta pesquisa, à Gerência de Atendimento Socioeducativo, no dia 18 de janeiro de 2017, foi possível o diálogo com a instituição e com o público de profissionais presentes.

## REFERÊNCIAS

AMAZONAS (Estado). Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social. Edital N° 020/2015- Do projeto de apoio ao processo de implementação do sistema socioeducativo – SEJUSC. Disponível em [http://www.aades.am.gov.br/processo\\_p/020---projeto-de-apoio-ao-processo-de-implementacao-do-sistema-socioeducativo/](http://www.aades.am.gov.br/processo_p/020---projeto-de-apoio-ao-processo-de-implementacao-do-sistema-socioeducativo/). Acesso em: fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania. Gerência de Atendimento Socioeducativo. Projeto Político Pedagógico do Centro Socioeducativo Assistente Social Dagmar Feitoza. Manaus, 2013a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania. Gerência de Atendimento Socioeducativo. Projeto Político Pedagógico do Centro Socioeducativo de Semiliberdade Masculina. Manaus, 2013b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania. Gerência de Atendimento Socioeducativo. Regimento Interno do Centro Socioeducativo de Semiliberdade Masculina. Manaus, 2013c.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Gerência de Atendimento Socioeducativo. Projeto Político Pedagógico do Centro Socioeducativo Marise Mendes. Manaus, 2015a.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Gerência de Atendimento Socioeducativo. Projeto Político Pedagógico do Centro Socioeducativo Senador Raimundo Parente. Manaus, 2015b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Gerência de Atendimento Socioeducativo. Regimento Interno do Centro Socioeducativo Dagmar Feitoza. Manaus, 2015c.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Gerência de Atendimento Socioeducativo. Regimento Interno do Centro Socioeducativo Marise Mendes. Manaus, 2015d.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Gerência de Atendimento Socioeducativo. Regimento Interno do Centro Socioeducativo Senador Raimundo Parente. Manaus, 2016.

ARRUDA, D. P.; PINTO, P. S. **O trabalho do assistente social na medida socioeducativa de internação: práticas e desafios**. ISBN 978-85-61447-02-1. Belo Horizonte, 2013.

Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/O%20TRABALHO%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL%20NA%20MEDIDA%20SOCIOEDUCATIVA%20DE%20INTERNA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: setembro de 2016.

BARBOSA, Z. O. **A história do Serviço Social no município de Uberaba**. Franca: UNESP, 2008. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/Dissertacoes/zelia.pdf>. Acesso em: setembro de 2016.

BARROS, M. N. **O psicólogo e a ação com o adolescente**. Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas / Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller. - Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, 2002.

BARUS-MICHEL, J. **Sofrimento e perda de sentido**: considerações psicossociais e clínicas. Tradução: Christiane Camps Mestranda em Psicologia Clínica, IPUSP. PSIC - Revista de Psicologia da Vetor Editora, Vol. 4, nº.1, 2003, p. 54-71. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psic/v4n1/v4n1a07.pdf>. Acesso em: março de 2016.

BARUS-MICHEL, J. **O sujeito, seu sofrimento e os recursos terapêuticos**. IN: VIEIRA FILHO, N. G. (Org.). Psicologia da Saúde. Manaus: EDUA, 2012.

BENDASSOLLI, P.; GUEDES GONDIM, S.M (2014). **Significados, sentidos e função psicológica do trabalho**: discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. Av. Psicol. Latinoam. [online]. vol. 32, n.1, p. 131-147. ISSN 1794-4724. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v32n1/v32n1a10.pdf>. Acesso em setembro de 2016.

BRASIL (1964). Lei nº 4.513, de 01 de dezembro de 1964. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências. Brasília, DF: Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L4513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4513.htm). Acesso em fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_.(1965). Decreto Lei nº 56.575, de 14 de julho de 1965. Aprova os Estatutos da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor. Brasília, DF: Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56575-14-julho-1965-396930-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_.(1967). Lei nº 5.258, de 10 de abril de 1967. Dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais e dá outras providências. Brasília, DF: Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5258-10-abril-1967-372245-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_.(1979). Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Brasília, DF: Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6697-10-outubro-1979-365840-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_.Constituição, 1988.

\_\_\_\_\_.(1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente dá outras providências. Brasília, DF: Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm). Acesso em: fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_.(2006). Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília. DF. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/plano-nacional-de-convivencia-familiar-e-pdf>. Acesso em fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. (2012) Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Instituição o Sistema Socioeducativo–SINASE. Brasília- DF: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm).Acesso em fevereiro de 2016.

CAMARANO, A. M. et al. **Caminhos para a vida adulta**: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. ISSN 1415-4765. Rio de Janeiro, agosto de 2004. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/areas/infancia/arquivos/caminhos.pdf>. Acesso em: setembro de 2016.

CASTRO, A. L. **Os adolescentes em conflito com a lei**. Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas / Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller. - Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Introdução ao direito da infância e juventude**: aspectos históricos e normativos. Brasília- DF, 2015.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). **Exposição 50 anos da Psicologia no Brasil: a História da Psicologia no Brasil**. São Paulo: CRP SP, 2011.

CONTINI, M. L. **A Adolescência e Psicologia**: práticas e reflexões. Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas / Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller. - Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, 2002.

COSTA, C. R.B.S F. **Contexto Socioeducativo e a Promoção de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida Judicial de Internação no Amazonas**. 2007. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências). Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2007.



COSTA, C. R.B.S F. **Promoção de cuidados da saúde:** a atenção aos adolescentes em situação de cumprimento de medidas socioeducativas em Manaus. IN: VIEIRA FILHO, N. G. (Org.). Psicologia da Saúde. Manaus: EDUA, 2012.

COUTINHO, M. C. **Sentidos do trabalho contemporâneo:** as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cad. psicol. soc. trab.* [online]. 2009, vol.12, n.2, p. 189-202. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25749>. Acesso em: setembro de 2016.

CRUZ, S. S; SILVA, S.S; SÁ, G.M. **Pedagogia no Brasil:** reflexões sobre a formação dos pedagogos. Revista Eletrônica Metánoia. São João del-Rei, MG, n.11, p.53 -64, 2009. [http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalable/numero11/geraldomateus\\_pedagogia\\_03.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalable/numero11/geraldomateus_pedagogia_03.pdf). Acesso em outubro de 2016.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho:** estudo de psicopatologia do trabalho. 5ª edição. São Paulo: Cortez- Oboré, 1992.

\_\_\_\_\_. **O fator humano.** Tradução de Maria Irene Stocco Betiol, Maria José Tonelli. 5ª edição. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. **A psicodinâmica na pós-modernidade.** In: Mendes. A. M. Cruz, S. C.; Facas, E. P. (Orgs). *Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho.* Brasília, Paralelo 15, 2007a.

\_\_\_\_\_. **A banalização da injustiça social.** Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: editora FGV, 2007b.

\_\_\_\_\_. **A avaliação do trabalho submetida à prova do real.** Christophe Dejours; organizadores: Laerte Idal Sznelwar, Fausto Leopoldo Mascia. São Paulo: Blucher, 2008.

\_\_\_\_\_. **Psicodinâmica do Trabalho:** contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. Christophe Dejours, Elisabeth Abdoucheli, Christian Jayet, coordenação Maria Irene Stocco Betiol. 1ª Edição. São Paulo: Atlas, 2009.

\_\_\_\_\_. Addendum, **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L.I. (Orgs). Christophe Dejours: **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** Terceira Edição Revista e Ampliada, Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz / Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2011a.

\_\_\_\_\_. A metodologia em psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SNEIWAR, L. (Orgs.) Christophe Dejours: **Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho.** (Tradução Franck Soudant). 3ª. Ed. Revista e ampliada. Brasília: Paralelo 15 / Rio de Janeiro: Fiocruz. P. 125-150, 2011b.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Vivo.** Tomo I. Sexualidade e trabalho. Tradução Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Vivo.** Tomo II. Trabalho e emancipação. Tradução Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15, 2012b.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Tradução Sandra Regina Netz. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FEITOZA, M.J.S. **Subversão do sofrimento em prazer: clínica do trabalho com socioeducadores em um centro para adolescentes que cumprem medida judicial de internação em Manaus.** Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia. Faculdade de Psicologia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus- AM, 2013.

FONSECA, A. B.; DEVELATI, D. M. **O fazer do psicólogo nas instituições de internamento de adolescentes em conflito com a lei.** Cadernos de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde Fits, Maceió, v. 1, n.2, p. 35-43, 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitsbiosauade/article/viewFile/584/363>. Acesso em: setembro de 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder** / Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 4 ed. 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GASQUE, Kelley Cristine G. D. **Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória.** In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). **Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, 2007. p. 83-118.

HELOANI, R.; LANCMAN, S. **Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação.** Revista Produção, v. 14, n. 3, p. 077-086, Set./Dez. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65132004000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300009). Acesso em: janeiro de 2015.

LACMAN, S.; UCHIDA, S. **Trabalho e subjetividade: o olhar da psicodinâmica do trabalho.** Cad. psicol. soc. trab. v.6 São Paulo: Dezembro, 2003. <http://revistas.usp.br/cpst/article/view/25852/27584>. Acesso em outubro de 2016.

LHUILIER, D. Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: BENDASSOLLI, P.F.; SOBOLL, L.A. (Orgs) **Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade.** São Paulo: Atlas, 2011.

LIBÂNEO, J.C.; PIMENTA, S.G. **Formação de profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança.** Educação & Sociedade, ano XX, nº 68, Dezembro, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf>. Acesso em: outubro de 2016.

LIBÂNEO, J. C. **A Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas.** Educar, Editora da UFPR, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educar/article/viewFile/2074/1726>. Acesso em: outubro de 2016.

LOPES, A.A. **Subjetividade e trabalho docente: vivências subjetivas de professores do sistema socioeducativo em Manaus.** Trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia. Faculdade de Psicologia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus- AM, 2013.

MARTINS, S. R. Metodologias e Dispositivos clínicos na construção da clínica psicodinâmica do trabalho. In: MORAES, R. D. (Org.). **Trabalho e emancipação: a potência da escuta clínica.** Rosângela Dutra de Moraes, Ana Cláudia Leal Vasconcelos (Orgs.). Curitiba: Juruá, 2015.

MENDES, A. M. Novas formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais. In: MENDES, A.M (Org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007a.

MENDES, A. M. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: MENDES, A.M (Org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007b.

MENDES, A. M. Pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho: a clínica do trabalho. In: MENDES, A.M (Org.). **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do psicólogo, 2007c.

MENDES, A.M. ARAÚJO, L. K. **Clínica psicodinâmica do trabalho**: práticas brasileiras. Brasília-DF: ExLibris, 2011.

MENDES, A.M.; MORRONE, C. A trajetória teórica e pesquisas brasileiras sobre prazer e sofrimento no trabalho. In: MENDES, A. M. (Org.) **Psicodinâmica e Clínica do trabalho**: temas, interfaces e casos brasileiros. Ana Magnólia Mendes, Álvaro Roberto Crespo Merlo, Carla Faria Morrone, Emílio Peres Facas (Orgs.). 1ª edição (ano 2010), 2ª reimpressão/ Curitiba: Juruá, 2012a.

MOLLINIER, P. **O trabalho e a psique**: Uma introdução à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2013.

MONTAÑO, C. **Um projeto para o Serviço Social crítico**. KATÁLYSIS v. 9 n. 2 jul./dez. Florianópolis SC 141-157, 2006.

MONTEIRO, J. M. **Tupi, Tapuias e Historiadores**: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese apresentada para o concurso de livre docência. Departamento de Antropologia. Unicamp. São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000343676>. Acesso em: fevereiro de 2016.

MORAES, R. D. **Prazer- sofrimento no trabalho com automação**: estudo em empresas japonesas no Polo Industrial de Manaus. Manaus: EDUA, 2010.

MORAES, R.D. Estratégias de enfrentamento do sofrimento e conquista do prazer no trabalho. MERLO, A.; MENDES, A.M.; MORAES, R.D. **O sujeito no trabalho**: entre a saúde e a patologia. Curitiba: Juruá, 2013a.

MORAES, R. D. Estratégias defensivas. In: MENDES, A.M., MERLO, A. R.C, VIEIRA, F. O. **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá, 2013b.

MORAES, R. D. Trabalho e Emancipação: Um olhar da Psicodinâmica do Trabalho. In: MORAES, R. D. (Org.). **Trabalho e emancipação**: a potência da escuta clínica. Rosângela Dutra de Moraes, Ana Cláudia Leal Vasconcelos (Orgs.). Curitiba: Juruá, 2015.

OLIVEIRA, G. R. **Perfil sócio-econômico dos autores de atos infracionais na cidade de Montes Claros**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros- MG, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/b/Downloads/giovane\\_rodrigues%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/b/Downloads/giovane_rodrigues%20(1).pdf). Acesso em: março de 2016.

OZELLA, S; LIEBESNY, B. **Projeto de vida na promoção de saúde**. Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas / Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller. - Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, 2002.

REVEL, Judith. Dicionário Foucault. Tradução de Anderson Alexandre da Silva; revisão técnica Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

ROCHA, M. L. **Contexto do adolescente**. Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas / Coordenação Maria de Lourdes Jeffery Contini; organização Sílvia Helena Koller. - Rio de Janeiro. Conselho Federal de Psicologia, 2002.

SILVA, Gustavo de Melo. **Ato Infracional**: fluxo do Sistema de Justiça Juvenil em Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: [http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-8BNN93/ato\\_infracional\\_fluxo\\_do\\_sistema\\_de\\_justi\\_a\\_juvenil\\_em\\_belo\\_horizonte.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/VCSA-8BNN93/ato_infracional_fluxo_do_sistema_de_justi_a_juvenil_em_belo_horizonte.pdf?sequence=1) Acesso em: março de 2016.

SILVA, R.; APARECIDO, M. S. (2005). **Recuperação de fontes seriais para a historiografia da criança institucionalizada no estado de São Paulo (Projeto de Políticas Públicas)**. Processo FAPESP03/06363-2). In: Simpósio Internacional do Adolescente, 2., São Paulo. Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc0000000082005000200078&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=msc0000000082005000200078&script=sci_arttext). Acesso em: fevereiro de 2016.

SOARES, J. B. (2003). **A construção da responsabilidade penal de adolescentes no Brasil: uma breve reflexão histórica**. Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id186.htm>. Acesso em: fevereiro de 2016.

SOARES, L. M. B. **Trabalho e Estresse – um Estudo com Agentes Socioeducativos**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Brasília. DF, 2013. Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13815/1/2013\\_%20Lu%C3%ADzaMarianaBritoSoares.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13815/1/2013_%20Lu%C3%ADzaMarianaBritoSoares.pdf). Acesso em: fevereiro de 2016.

SOARES, A. R. **A Psicologia no Brasil**. Psicologia: ciência e profissão. Volume 30 (núm. esp.). Brasília, 2010, p. 8-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30nspe/v30speca02.pdf>. Acesso em: setembro de 2016.

SPOSATO, K. B. (Org.) **Guia teórico e prático de medidas socioeducativas**. Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente – ILANUD e Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF. Brasil, 2004.

TOLFO, S. R.; PICCININI, V. (2007) **Sentidos e significados do trabalho**: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. Psicol. Soc. [online], vol.19, número especial, Porto Alegre, 2007, p. 38-46. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000400007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400007). Acesso em: março de 2016.

VASCONCELOS, A.C. Antecedentes e construção da Psicodinâmica do Trabalho. In: MORAES, R. D. (Org.). **Trabalho e emancipação**: a potência da escuta clínica. Rosângela Dutra de Moraes, Ana Cláudia Leal Vasconcelos (Orgs.). Curitiba: Juruá, 2015.

VILLAS-BOAS, R. M. (2012) **Compreendendo a criança como sujeito de direito**: a evolução histórica de um pensamento. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1158](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1158). Acesso em: fevereiro de 2016

# APÊNDICES

## APÊNDICE 1- TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS FACULDADE DE PSICOLOGIA TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Pesquisadora responsável:** Mayara Janaina Silveira Feitoza

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dra. Rosângela Dutra de Moraes

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “**Vivências de prazer e sofrimento no trabalho dos técnicos de instituições socioeducativas na cidade de Manaus voltadas aos adolescentes em privação de liberdade**”, a qual pretende compreender as vivências de prazer e sofrimento dos técnicos inseridos em instituições socioeducativas de internação e semiliberdade.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevista individual semiestruturada. Nenhum dos procedimentos realizados oferece riscos à dignidade do participante. Por meio deste projeto, esperamos contribuir para a melhoria da relação dos técnicos com o seu trabalho, por isso sua participação é importante para atingirmos os objetivos desta pesquisa.

Se depois de consentir sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a) Sr(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com a orientadora da pesquisa no endereço Avenida General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, Campus Universitário Arthur Virgílio Filho, Faculdade de Psicologia- Setor Sul, Bloco X ou pelo telefone (92) 3305-4127, ou se preferir poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-5130.

#### **Consentimento Pós-Informação**

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Data: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do participante**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Pesquisador Responsável**

**Impressão Dactiloscópica**

## **APÊNDICE 2- ROTEIRO DE ENTREVISTA**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA**

- 1) Conte-me a história da sua inserção profissional.
- 2) Você pode descrever o seu trabalho cotidiano?
- 3) O que você gosta de fazer?
- 4) E o que você não gosta?
- 5) Quais as principais dificuldades/problemas? Como você lida com elas?
- 6) Você pode me contar como foi para você resolver um problema que parecia insolúvel? Como você se sentiu?
- 7) Como é a sua relação com os colegas? E com os superiores? Você se sente reconhecido?
- 8) Como é para você trabalhar com adolescentes em conflito com a lei? Como você se sente?
- 9) Como você entende a ressocialização? Você acredita nessa perspectiva?
- 10) Qual o papel do psicólogo (ou do assistente social ou do pedagogo) na reintegração social desses adolescentes?



# **ANEXOS**

## ANEXO 1- TERMO DE ANUÊNCIA



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins que concordo com a realização do projeto de pesquisa de Mestrado nas Instituições Socioeducativas, com o objetivo de compreender as vivências de prazer e sofrimento no trabalho de psicólogos, assistentes sociais e pedagogos que atuam nos regimes fechado, provisório ou semiliberdade, tendo como pesquisadora responsável pelo projeto a Professora Dra. Rosângela Dutra de Moraes e a Mestranda Mayara Janaína Silveira Feitoza.

Por outro lado, fica a pesquisadora mestranda obrigada ao final da pesquisa, apresentar ao conjunto (Gestores do Sistema Socioeducativo, Técnicos e Socioeducadores), os resultados da Pesquisa, com o objetivo de alinhamento e reordenamento das ações, se necessitar.

Manaus, 7 de julho de 2015.

**Maria das Graças Soares Prola**  
*Secretária*

## ANEXO 2- APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
AMAZONAS - UFAM



### COMPROVANTE DE ENVIO DÔ PROJETO

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Vivências de prazer e sofrimento no trabalho dos técnicos de instituições socioeducativas na cidade de Manaus voltadas aos adolescentes em privação de liberdade

**Pesquisador:** Mayara Janaina Silveira Feitoza

**Versão:** 1

**CAAE:** 49472815.5.0000.5020

**Instituição Proponente:** Faculdade de Psicologia

#### DADOS DO COMPROVANTE

**Número do Comprovante:** 096462/2015

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

Informamos que o projeto Vivências de prazer e sofrimento no trabalho dos técnicos de instituições socioeducativas na cidade de Manaus voltadas aos adolescentes em privação de liberdade que tem como pesquisador responsável Mayara Janaina Silveira Feitoza, foi recebido para análise ética no CEP Universidade Federal do Amazonas - UFAM em 23/09/2015 às 12:22.

**Endereço:** Rua Teresina, 4950

**Bairro:** Adrianópolis

**CEP:** 69.057-070

**UF:** AM

**Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-5130

**Fax:** (92)3305-5130

**E-mail:** cep@ufam.edu.br

Pesquisa



Mayara Janaina Silveira Feitosa

Pesquisa

## DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

## DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Vivências de prazer e sofrimento no trabalho dos técnicos de instituições socioeducativas na cidade de Manaus voltadas aos adolescentes em privação de liberdade  
**Pesquisador Responsável:** Mayara Janaina Silveira Feitosa  
**Área Temática:**  
**Versão:** 1  
**CAAE:** 49472615.5.0000.5020  
**Submetido em:** 21/08/2015  
**Instituição Proponente:** Faculdade de Psicologia  
**Situação da Versão do Projeto:** Aprovado  
**Localização atual da Versão do Projeto:** Pesquisador Responsável  
**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção: PB\_COMPROVANTE\_RECEPCAO\_575220



## DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 1
    - Projeto Original (PO) - Versão 1
      - Documentos do Projeto
        - Comprovante de Recepção - Submissão
        - Folha de Rosto - Submissão 1
        - Informações Básicas do Projeto - Subm
        - Outros - Submissão 1
        - Projeto Detalhado / Brochura Investigad
        - TCLE / Termos de Assentimento / Justif
        - Apreciação 1 - Universidade Federal do Ar
      - Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

## LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação *	Pesquisador Responsável *	Versão *	Submissão *	Modificação *	Situação *	Exclusiva do Centro Coord. *	Ações
PO	Mayara Janaina Silveira Feitosa	1	21/08/2015	01/10/2015	Aprovado	Não	+

## HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	01/10/2015 11:06:00	Parer liberado	1	Coordenador	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	PESQUISADOR	
PO	01/10/2015 10:55:07	Parer do colegiado emitido	1	Coordenador	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	29/09/2015 17:57:11	Parer do relator emitido	1	Membro do CEP	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	29/09/2015 16:36:24	Aceltação de Elaboração de Relatoria	1	Membro do CEP	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	23/09/2015 14:05:28	Confirmação de Indicação de Relatoria	1	Coordenador	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	23/09/2015 12:22:55	Indicação de Relatoria	1	Secretária	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	23/09/2015 12:22:11	Aceltação do PP	1	Secretária	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	21/08/2015 16:39:54	Submetido para avaliação do CEP	1	Pesquisador Principal	PESQUISADOR	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	